



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO**  
**CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**CHARLY RIBEIRO SANCHES**

**CARACTERIZAÇÃO DOS CONFLITOS DE PESCA NA ZONA COSTEIRA DO**  
**AMAPÁ: UMA ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL**

**Macapá, AP**

**2024**

**CHARLY RIBEIRO SANCHES**

**CARACTERIZAÇÃO DOS CONFLITOS DE PESCA NA ZONA COSTEIRA DO  
AMAPÁ: UMA ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Ambientais da Universidade Federal do Amapá, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Ambientais.

Orientador: Msc. Raimundo Nonato Gomes Mendes Júnior.

Coorientador: Dr. Charles Achcar Chelala.

**Macapá, AP**

**2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP  
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

---

S211c Sanches, Charly Ribeiro.

Caracterização dos conflitos de pesca na zona costeira do Amapá: uma abordagem multidimensional / Charly Ribeiro Sanches. - Macapá, 2024.  
1 recurso eletrônico. 56 folhas.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Ciências Ambientais, Macapá, 2024.  
Orientador: Raimundo Nonato Gomes Mendes Júnior.  
Coorientador: Charles Achcar Chelala.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Recursos pesqueiros. 2. Amazônia Oriental. 3. Pesca artesanal. I. Mendes Júnior, Raimundo Nonato Gomes, orientador. II. Chelala, Charles Achcar, coorientador. III. Universidade Federal do Amapá. IV. Título.

CDD 23. ed. – 639.2109811

---

SANCHES, Charly Ribeiro. **Caracterização dos conflitos de pesca na zona costeira do Amapá**: uma abordagem multidimensional. Orientador: Raimundo Nonato Gomes Mendes Júnior. Coorientador: Charles Achcar Chelala. 2024. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Ciências Ambientais. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2024.

**CHARLY RIBEIRO SANCHES**

**CARACTERIZAÇÃO DOS CONFLITOS DE PESCA NA ZONA COSTEIRA DO  
AMAPÁ: UMA ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Msc. Raimundo Nonato Gomes Mendes Júnior**  
Presidente/orientador

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala**  
Membro titular

---

**Msc. Yuri Ian Carvalho Furtado**  
Membro titular

**Macapá, AP**

**2024**

## DEDICATÓRIA

À minha mãe, Cheila C. Ribeiro, aos meus irmãos, Patrick R. Sanches Dalila S. Sanches, Daniel C. Ribeiro e Felipe Sanches, e aos meus avós, Tomé S. de Brito, Antônia C. Ribeiro e Lucimar Macedo (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi realizada com o apoio de muitas pessoas que merecem ser lembradas nesse momento. Assim, agradeço.

Ao meu orientador, Raimundo Nonato, por acreditar na minha pesquisa e pela paciência em todas as etapas.

Aos meus familiares, por sempre acreditarem em mim, em especial à minha mãe, Cheila Ribeiro, que sempre me incentivou a chegar até aqui.

Ao meu irmão, Patrick Sanches, que sempre caminhou comigo e me ajudou emocionalmente e cientificamente, quando necessário.

Aos servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em especial ao Erico Kauano, Christoph Jaster, Sueli Pontes, Ivan Machado, Fernanda Brandão e Iranildo Coutinho, por terem me apresentado um universo de possibilidades na área ambiental. Aprendi muito durante anos, ligado à instituição.

Aos meus amigos/irmãos, Clara e Rodolfo, por serem meu norte, nos momentos que mais preciso de uma luz, de um caminho. Obrigado por estarem sempre comigo.

Aos meus amigos/irmãos, Leonardo, Thainara e Marcos por sempre estarem comigo, em todos os momentos e caminhos que escolho na vida pessoal e profissional.

Quero agradecer à minha amiga/irmã Estefany por estar comigo em todos os momentos, como alguém essencial para o meu pequeno universo estelar.

Aos meus amigos, Thais, Rafaela, Caio, Maria e Lorena por estarem comigo durante todos esses anos de universidade. Vocês transcenderam os muros da Universidade e viraram meus amigos para a vida.

Ao meu amigo João Lucas Colares, por me ajudar e me incentivar a chegar até aqui.

Ao Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, em especial aos amigos Renata Ferreira e Décio Yokota, por dar a oportunidade de conhecer e construir essa temática e aos pescadores das Colônias de Oiapoque, Calçoene e Amapá, por emprestarem suas experiências, saberes e vivências, que garantiram a existência desse trabalho.

## RESUMO

As zonas costeiras são marcadas por conflitos socioambientais de alta complexidade envolvendo a utilização de recursos pesqueiros. Nas zonas costeiras a pesca artesanal se mescla às condições objetivas da reprodução social, do acesso à alimentação e à renda, e do conhecimento envolvendo as populações tradicionais. Encontra-se, portanto, em contraste com outras categorias de pesca como a pesca industrial dando origem a conflitos de pesca em interação complexa entre esses diversos atores sociais. O litoral amazônico, como uma região de alta produtividade, possui um contexto complexo no uso e apropriação de recursos pesqueiros. Buscou-se neste trabalho identificar, caracterizar e propor uma análise para os conflitos na zona costeira amazônica dentro do estado do Amapá. Foram identificados conflitos em três municípios da região costeira amapaense: Oiapoque, Calçoene e Amapá. Os dados foram obtidos a partir de oficinas envolvendo pescadores vinculados às colônias de pescadores de seus respectivos municípios. Foram dimensionados o fator temporal do conflito, a escala do conflito e os atores envolvidos. Com esses dados foram construídos mapas conceituais de atores caracterizados em cada conflito. Além disso, considerando todas as dimensões mensuradas foi realizada uma análise PCoA (Análise de Coordenadas Principais) para determinar as diferenças multidimensionais dos conflitos entre municípios. Nossos resultados apontam diferenças significativas em conflitos de mesma natureza nos diferentes municípios da zona costeira do estado do Amapá. Tal informação implica que soluções regionais podem ser pouco efetivas na resolução de conflitos, sendo mais adequados arranjos locais, considerando as singularidades de cada conflito.

**Palavras-chave:** Recursos pesqueiros. Amazônia Oriental. Pesca artesanal. Mapa de atores. Unidades de Conservação.

## ABSTRACT

Coastal zones are marked by highly complex socio-environmental conflicts involving the use of fishing resources. In coastal areas, artisanal fishing is attached to the objective conditions of social reproduction, access to food and income, and knowledge involving traditional populations. This practice, hence, contrasts with other categories of fishing, such as industrial fishing, leading to fishery conflicts in complex interactions between various social actors. As a highly productive region for fishery, the Amazon coast has a complex context in terms of use and appropriation of fishery resources. We aimed to identify, characterize, and propose an analysis of the conflicts in the Amazon coastal zone within the state of Amapá, Brazil. We identified conflicts in three cities of the coastal region of Amapá: Oiapoque, Calçoene and Amapá. The data was obtained from workshops involving fishermen linked to organized fishermen colonies. We measured the temporal factor of the conflict, the scale of development of the conflict and the social actors involved. Then, we constructed conceptual maps of the actors characterized in each conflict. In addition, considering all the dimensions measured, a PCoA (Principal Coordinates Analysis) analysis was carried out to determine the multidimensional differences in conflicts between cities. Our results point to significant differences in conflicts of the same nature in the different cities of the coastal zone of Amapá state. This information implies that regional actions may not be very effective in resolving conflicts and that local-scale specific solutions are more appropriate, taking into account the singularities of each conflict.

**Keywords:** Fishery resources. Eastern Amazon. Artisanal fishery. Map of social actors. Conservation Units.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Zonas de Conflitos de Pesca na Costa do Amapá, Norte do Brasil, destacadas por círculos pretos de tamanho variável. Os triângulos representam o perímetro urbano dos três municípios: Oiapoque, Calçoene e Amapá.....	25
<b>Figura 2.</b> Modelo do Mapa conceitual de atores dos conflitos.....	28
<b>Figura 3.</b> Gráfico da análise de coordenadas principais (PCoA) baseado nas características de cada um dos nove conflitos. As cores e formato dos pontos correspondem ao município onde o conflito foi registrado. ....	29
<b>Figura 4.</b> Mapa de relação entre atores de envolvidos no conflito pesqueiro com barcos paraenses do município de Oiapoque, Amapá, Brasil. ....	32
<b>Figura 5.</b> Mapa de relação entre atores de envolvidos no conflito pesqueiro com barcos franceses do município de Oiapoque.....	34
<b>Figura 6.</b> Mapa de relação entre atores de envolvidos no conflito pesqueiro atravessadores de pescado no município de Oiapoque, Amapá, Brasil.....	36
<b>Figura 7.</b> Mapa de relação entre atores de envolvidos no conflito sobre a pesca com mergulho no município de Calçoene, Amapá, Brasil. ....	37
<b>Figura 8.</b> Mapa de relação entre atores de envolvidos no conflito com barcos paraenses no município de Calçoene. ....	39
<b>Figura 9.</b> Mapa de relação entre atores de envolvidos no conflito sobre o acesso de pescadores locais aos ramais de pesca no município de Calçoene, Amapá, Brasil. ....	40
<b>Figura 10.</b> Mapa de relação entre atores de envolvidos no conflito relacionados às ações do núcleo da polícia civil no município de Amapá, Amapá, Brasil. ....	42
<b>Figura 11.</b> Mapa de relação entre atores de envolvidos no conflito com barcos paraenses no município de Amapá, Amapá, Brasil.....	43
<b>Figura 12.</b> Mapa de relação entre atores de envolvidos no conflito com atravessadores de peixe no município de Amapá.....	45

**LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1.</b> Classificação dos atores do conflito com barcos paraenses em Oiapoque, Amapá, Brasil.....	31
<b>Tabela 2.</b> Classificação dos atores do conflito com barcos franceses em Oiapoque, Amapá, Brasil.....	33
<b>Tabela 3.</b> Classificação dos atores do conflito com atravessadores em Oiapoque, Amapá, Brasil.....	35
<b>Tabela 4.</b> Classificação dos atores do conflito com pescadores de mergulho em Calçoene, Amapá, Brasil. ....	37
<b>Tabela 5.</b> Classificação dos atores do conflito com barcos paraenses em Calçoene, Amapá, Brasil.....	38
<b>Tabela 6.</b> Classificação dos atores do conflito com donos de terrenos que bloqueiam acesso às zonas de pesca em Calçoene, Amapá, Brasil.....	40
<b>Tabela 7.</b> Classificação dos atores do conflito com a Polícia Civil em Amapá, Amapá, Brasil. ....	41
<b>Tabela 8.</b> Classificação dos atores do conflito com as embarcações paraenses em Amapá, Amapá, Brasil. ....	43
<b>Tabela 9.</b> Classificação dos atores do conflito com atravessadores de pescado em Amapá, Amapá, Brasil. ....	44

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis

ICMBio- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MPF- Ministério Público Federal

MPE - Ministério Público do Estadual

IEPA- Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá

UNIFAP- Universidade Federal do Amapá

PESCAP/RURAP- Agência de Pesca do Estado do Amapá/ Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá

MAPA- Ministério da Agricultura e Pecuária

IEPÉ- Instituto de Pesquisa e Formação Indígena

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	14
2.1 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: ABORDAGEM DA ORIGEM, ESCALA E ATORES ENVOLVIDOS .....	14
2.2 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO BRASIL: CONFLITOS DE PESCA .....	16
2.3 CONFLITOS DE PESCA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	18
2.4 CONFLITOS DE PESCA NA COSTA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: GESTÃO DO TERRITÓRIO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....	21
<b>3 MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	23
3.1 ÁREA DE ESTUDO.....	23
3.1.1 OIAPOQUE.....	24
3.1.2 CALÇOENE.....	24
3.1.3 AMAPÁ.....	25
3.2 AMOSTRAGEM .....	26
3.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	27
<b>4 RESULTADOS</b> .....	29
4.1 OIAPOQUE .....	30
4.1.1 CONFLITOS COM BARCOS DO ESTADO DO PARÁ.....	30
4.1.2 BARCOS FRANCESES.....	32
4.1.3 CONFLITOS COM ATRAVESSADORES .....	34
4.2 CALÇOENE.....	36
4.2.1 PESCA COM MERGULHO .....	36
4.2.2 CONFLITO COM BARCOS DO PARÁ.....	37
4.2.3 RAMAL DE ACESSO PARA PESCA .....	39
4.3 AMAPÁ.....	40
4.3.1 CONFLITO COM A POLÍCIA CIVIL .....	40
4.3.2 CONFLITOS COM BARCOS PARAENSES .....	42
4.3.3 CONFLITOS COM ATRAVESSADORES .....	44
<b>5 DISCUSSÃO</b> .....	45
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	49

## 1 INTRODUÇÃO

As zonas costeiras são áreas geográficas únicas de grande importância ecológica, social e econômica. O Brasil possui aproximadamente 8.000 km de linha de costa que compreende 17 dos 26 estados e com mais de 300 municípios fazendo fronteira com o oceano Atlântico (SCHERER; SANCHES; NEGREIROS, 2010). A vasta extensão costeira brasileira é marcada por excepcional diversidade ecológica, socioeconômica e cultural (SOUTO, 2020). Além disso, concentra muitas das atividades estratégicas do país como portos, aquicultura, pesca e turismo. A pesca, sobretudo, é caracterizada como uma atividade de fundamental importância na zona costeira brasileira não somente no aspecto econômico, mas também no aspecto cultural e social (KITZMANN; ASMUS, 2006).

O processo de ocupação desordenada das zonas costeiras ao longo dos anos trouxe consigo diferentes conflitos ambientais (ABREU; VASCONCELOS; ALBUQUERQUE, 2017). Essa ocupação desordenada, oriunda do crescimento populacional e da expansão econômica, contribuíram para a gênese de conflitos socioambientais de alta complexidade relacionados a utilização de recursos naturais por diferentes grupos sociais (CRUZ; LEONCIO, 2013). Nesse cenário, o recurso pesqueiro se destaca como alvo de intensos conflitos sociais que revelam a desigualdade social vigente (HÜBNER et al., 2020).

A pesca no Brasil é heterogênea, no que concerne aos aspectos territoriais, socioeconômicos, culturais e políticos (SILVA, 2014). Além disso, tem um relevante papel na sobrevivência de determinados grupos sociais acometidos por altos níveis de pobreza e insegurança alimentar (BÉNÉ; MACFADYEN; ALLISON, 2007). Os conflitos de pesca nas zonas costeiras brasileiras refletem um cenário de assimetria na apropriação do espaço marítimo, sendo a pesca artesanal a atividade mais afetada dada sua baixa autonomia em termos de navegação e a presença de padrões definidos de territorialidade nas pescarias (VIVACQUA; DOS SANTOS; VIEIRA, 2009).

Nas zonas costeiras a pesca artesanal se mescla às condições objetivas da reprodução social, do acesso à alimentação e à renda, e do conhecimento envolvendo as populações tradicionais (PASQUOTTO; MIGUEL, 2008). Encontra-se, portanto, em contraste com outras categorias de pesca como a pesca industrial, principalmente pela diferença de habitat e estoques que exploram e das técnicas empregadas (MALDONADO, 1986; NETTO; NUNES; ALBINO, 2002). A pesca industrial se distancia daquela praticada por populações tradicionais, trata-se de uma atividade pesqueira organizada, principalmente, sob uma lógica de estrutura empresarial

vinculadas à uma capacidade produtiva fortemente constituída e que visa produção de excedentes (DA SILVA et al., 2016).

A atividade pesqueira no Brasil manifesta-se, portanto, de maneiras variadas devido às características específicas de cada região, tanto no que diz respeito à quantidade de pescado produzido quanto às direções que essa atividade toma. Isso resulta na existência de regiões onde a pesca é realizada tanto com tecnologias menos avançadas quanto em um caráter mais industrializado (DIEGUES, 1999). Os conflitos socioambientais relacionados a pesca surgem a partir das diferenças em relação ao modo de apropriação, uso e significado do território pesqueiro e de seus recursos (ACSELRAD, 2004). Os recursos pesqueiros são considerados como bens públicos, controlados pelo Estado (DE SOUZA; SILVA; STEENBOCK, 2017). O direito de utilizá-los economicamente é concedido pelo governo, mas está sujeito a restrições estabelecidas por regulamentações que visam garantir a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e proteger os direitos da coletividade (DIAS-NETO, 2003).

O gerenciamento das zonas costeiras consiste no envolvimento dos atores sociais como elemento vital (HÜBNER et al., 2020). Esses atores são indivíduos, grupos, instituições e organizações que desempenham papéis e têm interesses diversos relacionados à pesca e à gestão dos recursos costeiros. Os conflitos de pesca resultam muitas vezes da interação complexa entre esses diversos atores, cada um com seus próprios interesses e dinâmicas (THEODORO; CORDEIRO; BEKE, 2004). Invariavelmente, a gestão sustentável de recursos pesqueiros requer o dimensionamento dos conflitos socioambientais que nascem dessa interação entre os atores sociais (RAMSAR, 2010).

O litoral amazônico compreende majoritariamente a linha costeira dos estados do Pará e Amapá. Essa zona costeira de características particulares é reconhecida pela sua riqueza de recursos pesqueiros (ISAAC-NAHUM, 2006). A produtividade do litoral amazônico é propiciada pelas dinâmicas de interação da matéria orgânica oriunda da decomposição das florestas com a ação dos rios amazônicos (principalmente o rio Amazonas) de carregar sedimentos para a plataforma continental (ISAAC-NAHUM, 2006; SCHERER; SANCHES; NEGREIROS, 2010).

Diante de tal cenário, o uso de recursos pesqueiros na zona costeira amazônica ocorre em um contexto complexo. Envolve diversos atores sociais que interagem em diferentes níveis de conflito relacionados aos aspectos de natureza política e institucional entre grupos sociais e econômicos (JIMENEZ et al., 2019). A principal disputa está relacionada às modalidades de pesca industrial e artesanal, que são grupos opostos devido às suas variações na capacidade de pesca, mas que compartilham áreas de captura sobrepostas.

Com intuito de entender como esses conflitos ambientais se distribuem nos municípios que compreendem a zona costeira amazônica dentro do estado do Amapá, o objetivo deste trabalho foi identificar, caracterizar e propor uma análise para os conflitos ambientais na área com foco nos conflitos relacionados à pesca artesanal, buscando identificar as atividades geradoras desses conflitos.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: ABORDAGEM DA ORIGEM, ESCALA E ATORES ENVOLVIDOS**

O termo “Conflito Socioambiental” é empregado para caracterizar um tipo específico de conflito social, cujas relações de antagonismo e tensões entre diferentes grupos sociais com diferentes interesses e percepções estão envolvidas em um sistema de gestão de recursos naturais. Ou seja, é um conflito social no qual o acesso aos recursos e espaços naturais é o principal objeto de conflito (CARVALHO; SCOTTO 1995). Para Acselrad (2004) os conflitos sociais são observados quando os grupos sociais envolvidos possuem diferenças em relação ao modo de apropriação, uso e significado do território e de seus recursos. Segundo o autor, estes ocorrem quando pelo menos a um grupo social é ameaçado a continuidade de suas formas sociais de apropriação de recursos do seu meio decorrentes de exercícios e práticas de outros grupos. À luz destas definições de conflito socioambiental, o conceito está associado à disputa pelo acesso e uso de recursos naturais que, conseqüentemente, relaciona-se com o processo de degradação ambiental.

Como afirma Carvalho e Scotto (1995), há uma diferença entre “problema ambiental” e “conflito socioambiental”. Segundo os autores, problemas ambientais não são passíveis de conflito, pois não há reação por parte daqueles que são atingidos por danos ou riscos ambientais, enquanto nos conflitos socioambientais travam-se embates pelo uso e acesso de recursos naturais. Por outro lado, Barbanti (2002) se contrapõe ao discutir sobre a dissociação da palavra “conflito” e as teorias de conflito, afirmando que a palavra “conflito” apenas substitui o termo “problema”. Na perspectiva de autores como Libiszewski (1992), Tuner (2004) e Ruiz (2005), conflitos socioambientais estão associados, principalmente, a escassez de recursos. Enquanto autores como Ribeiro (1995), Carvalho e Scotto (1995), Little (2001) e Acselrad (2004) abordam a questão da divergência entre diferentes grupos sociais no uso de recursos e espaços naturais, não sendo os conflitos socioambientais ligados unicamente a questões de ordem econômica. Nesse sentido, o foco analítico se volta para a esfera pública de negociação entre os atores envolvidos (BARBANTI; 2002). De acordo com Pacheco et al. (1992) a dinâmica de

conflitos socioambientais precisa ser contextualizada, uma vez que na trama entre os atores envolvidos existem contextos históricos, culturais e éticos. Sendo possível, incluir tanto os conflitos de interesse quanto as dimensões culturais em que este se encontra.

Conflitos socioambientais se apresentam em diferentes dimensões culturais e são originados por diferentes fatores. São passíveis, em um contexto analítico, de serem caracterizados em relação a sua origem, escala e atores envolvidos. Dessa forma, tem-se a dimensão da complexidade de determinado conflito social compatível as relações sociais formadas em um dado contexto histórico (LITTLE; 2001). Entretanto, a administração de conflitos socioambientais visando sua resolução não deve se pautar somente em ganhos unilaterais entre aqueles que disputam, mas considerar uma abordagem de ganhos mútuos (SUSSKIND; FIELD; 1997). Para tanto, é necessário também entender onde interagem os diferentes atores sociais envolvidos no conflito, identificando zonas de convergência de interesses e demandas que permitirão a construção de espaços para acordos (SUSSKIND; LEVY; THOMAS-LARMER, 2000; CUNHA; 2002).

De acordo com Little (2001), conflitos socioambientais envolvem também uma disputa entre grupos sociais que mantém diferentes relações com a natureza. Sendo assim, são consideradas as relações de poder e a distribuição dos danos e riscos ambientais em relação aos interesses coletivos e privados sobre os recursos naturais. Incorporando, sempre, a ideia de que modificações no uso e acesso de recursos da natureza, seja por interesses privados ou de um determinado segmento da sociedade, prejudica o caráter coletivo da natureza. Ainda, segundo Martinez-Alier (2000), esses conflitos surgem da oposição entre economia e ambiente, bem como nas diferentes atribuições de valor aos elementos da natureza. Como aponta Little (2006) sob a ótica da etnografia, conflitos ambientais explicitam as bases latentes da visibilidade e dos conflitos enfrentados por grupos marginalizados como, entre outros: povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

Sob a ótica analítica, a complexidade dos conflitos socioambientais implica na necessidade de identificação e análise dos principais atores envolvidos considerando a realidade social, econômica, política e cultural que pautam os interesses sociais e caracterizam o universo dos conflitos socioambientais (BLACKBURN; BRUCE, 1995; LITTLE, 2001; NASCIMENTO, 2001; ACSELRAD, 2004; VARGAS, 2007). Além disso, as dimensões, escala e intensidade dos conflitos variam. Segundo Vargas (2007), os conflitos variam em relação a escala em que ocorrem, compreendendo desde o núcleo familiar, localidade e região até escala global. Bem como, variam temporalmente podendo se estender por anos ou décadas, gerando conflitos de diferentes complexidades, que variam entre conflitos pouco aparentes,

emergentes, até conflitos manifestados de alta intensidade, dependendo do momento em que são analisados em relação a sua origem (NASCIMENTO; 2001; VARGAS, 2007; CHOUERI, 2019).

## 2.2 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO BRASIL: CONFLITOS DE PESCA

Os conflitos socioambientais no Brasil têm se destacado principalmente na relação antagonista entre desenvolvimento econômico e o uso de recursos, principalmente no que tange ao embate entre grupos sociais com diferentes modos de utilização e apropriação de recursos e até mesmo nas relações de território/territorialidade. Bem como em relação aos impactos socioambientais que ameaçam a continuidade do modo de vida, valores e formas sociais de apropriação de recursos de determinado grupo social (ACSELRAD, 2009; RIGOTTO et al., 2018). Conforme Porto e Milanez (2009), conflitos socioambientais tendem a se intensificar em países cuja base econômica é baseada na exportação de *commodities* (matéria-prima), associados a ocupação de territórios para produção ou exploração de recursos, poluição, mineração, pesca, entre outros. Nesse contexto, Brito et al. (2014) destaca a reivindicação de territórios, os espaços que contém os recursos naturais utilizados por grupos humanos para moradia e vivência, como objeto de conflito pelo acesso aos recursos naturais. Dessa maneira, atribuindo as dimensões políticas, sociais e jurídicas ao conflito. Além disso, cada ator envolvido possui diferentes formas de apropriação e uso de recursos, modo de vida e ideologia que conflita com a de outros grupos e atores sociais, introduzindo a dimensão cultural no conflito socioambiental relacionado a disputa por território (ACSELRAD, 2004; LITTLE, 2006).

As disputas por território tornam evidentes as relações de apropriação do espaço com objetivo de acesso aos recursos naturais, evidenciando o território como espaço de exercício de poder das variadas dimensões sociais, como observado em várias comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil (CARDOSO, 2003). Ainda que realizada em meio aquático, a pesca, seja ela continental ou marítima, se trata de uma forma de apropriação de recursos naturais com atribuições espaciais. No entanto, diferencia-se em relação ao nível tecnológico em que é realizada, diferenciando-se principalmente em nível artesanal e industrial (QUARESMA DE PAULA, 2020). Nesse contexto, surgem conflitos de pesca relacionados a disputas por território e apropriação de recursos. Embute principalmente conflitos relativos a impactos ambientais e disputas e conflitos em territórios tradicionais de pesca artesanal causados principalmente por hidrelétricas, industrialização e pesca industrial (QUARESMA DE PAULA, 2018). Segundo Raffestin (1986) conflitos de território são marcados pela relação assimétrica de poder imposto

por atividades econômicas que visam a modernização dos modos de apropriação e uso de recursos, negando as territorialidades preexistentes. Ainda, Acsehrad (2009) pontua que na própria condição coletiva de uma sociedade desigual mecanismos sociopolíticos operam destinando a maior carga dos danos ambientais e sociais a grupos mais vulneráveis da sociedade, tais como populações de baixa renda, trabalhadores rurais, populações tradicionais, segmentos raciais discriminados, dentre outros.

Em uma análise do efeito da aplicação de políticas de desenvolvimento no território de pescadores artesanais da Vila do Superagüi, Paraná, Pérez e Gómez (2014) pontuam que esse tipo de política exclui pescadores artesanais, agindo em função de interesses externos que visam a expropriação de seus territórios negando seus modos tradicionais de vida. O mesmo padrão foi observado por Lopes e Diegues (2013) na região da Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro, que demonstrou que a implantação de empreendimentos industriais e portuários criou zonas de exclusão de pescas, impedindo que pescadores artesanais exerçam suas principais atividades econômicas que contribuem para a manutenção de seus modos tradicionais de vida. Entre as principais características dos conflitos de pesca no Brasil, está a racionalidade de mercado. De acordo com Mourão (1971), ao longo dos anos foi introduzida a racionalidade de sistema de mercado nas comunidades de pescadores tradicionais decorridas de mudanças no sistema de comercialização de pescado em diversos níveis, dando origem a novas técnicas de captura e a estratificação social das atividades pesqueiras e gerando conflitos entre grupos de pescadores que operam em diferentes níveis tecnológicos para exploração e comercialização da pesca, como por exemplo a pesca artesanal *versus* a pesca industrial (DA SILVA; MEDEIROS; DA SILVA, 2009; PÉREZ; GÓMEZ, 2014). Portanto, a pesca artesanal pode ser vista como uma atividade de elevado potencial de conflito, refletindo a dinâmica social e econômica das populações que dependem da pesca para manutenção de seus modos de vida.

Na atividade pesqueira há uma intensa relação com o rio ou mar/estuário que se constitui em uma identidade territorializada, pois envolve a construção de valores e de profundo conhecimento sobre o ambiente e seus recursos que dá aos pescadores artesanais a sensação de pertencimento, além de refletir seus modos de vida reproduzidos através das gerações (DIEGUES; ARRUDA, 2001; VALENCIO, 2010). Segundo Martins, Dias e Cazella (2015) o aumento do consumo mundial do pescado associado à globalização da economia pesqueira afeta não somente a preservação sociocultural das populações que dependem de territórios de pesca para manutenção de seus modos de vida, mas também gera incertezas com relação a superexploração dos recursos pesqueiros e aos impactos ambientais sobre o espaço e subsistência de populações dependentes da atividade pesqueira. Dentre os principais

mecanismos políticos destinados a limitar os impactos ambientais sobre recursos naturais, destaca-se a criação de espaços naturais protegidos.

As Unidades de Conservação (UCs) constituem-se como uma das principais estratégias da política ambiental brasileira (ORLANDO, 2009). Entretanto, esta política adotada para conservação da natureza tem encontrado muita resistência e conflitos por parte das populações pertencentes aos territórios onde são implantadas as UCs ao criar zonas de exclusão para exploração de recursos. Por outro lado, em seu estudo sobre conflitos pesqueiros na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF), Santa Catarina, Martins, Dias e Cazella (2015) demonstra que a criação de espaços marinhos protegidos, não garantem por si só a limitação da pressão antrópica sobre os recursos pesqueiros. Desse modo, as UCs, e sua gestão, passam a ser mais um ator envolvido nos conflitos socioambientais no território em que estão inseridas.

No contexto brasileiro, Kalikoski, Seixas e Almudi (2009) traz o conceito de gestão compartilhada como sistema de arranjo institucional que visa a descentralização do gerenciamento pesqueiro por meio da participação dos diversos atores envolvidos na administração da pesca, tais como o governo, indústria, sociedade. Segundo Seixas et al. (2011) a gestão compartilhada do uso de recursos pesqueiros é um processo que envolve a participação dos usuários dos recursos na tomada de decisões. Isso é de extrema relevância no que tange a proteção das populações tradicionais, bem como para a legitimidade e reconhecimento de práticas tradicionais e locais frente às pressões impostas pela prática insustentável de uso dos recursos pesqueiros. Unidades de conservação, portanto, passam a ser ator-chave na administração de recursos pesqueiros de seus territórios, bem como na mediação e resolução de conflitos socioambientais envolvendo a exploração desses recursos. De acordo com Vivacqua e Vieira (2005), a criação de UCs é marcada pela formação e disseminação de conflitos socioambientais, seja pela exclusão de acesso aos espaços contendo recursos e serviços ambientais, ou pela retirada das populações residentes nas áreas onde foram estabelecidas a área protegida.

## 2. 3 CONFLITOS DE PESCA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A pesca é uma das mais importantes atividades humanas na Amazônia, de grande valor econômico, social e nutricional para a maioria de sua população (SANTOS; SANTOS, 2005). A ocupação da Amazônia, iniciada a partir dos séculos XVII e XVIII, que se deu ao longo de seus principais rios levou à construção de um modo de vida influenciada pela estreita relação com os rios e seus recursos (NASCIMENTO, 1996). Sendo o peixe, um dos principais recursos utilizados tanto para a comercialização quanto para subsistência das populações na região

(FISCHER; CHAGAS; DORNELLES, 1992). A pesca na região amazônica é uma importante fonte primária de emprego e geração de renda (ALMEIDA; LORENZEN; MCGRATH, 2004; MCGRATH; CARDOSO; SÁ, 2004). É uma atividade que não requer mão de obra profissional formal para sua execução (exceto a pesca industrial). Como resultado, abrange direta e indiretamente mais de 300 mil pescadores com uma produção estimada de 232.176,6 toneladas (MPA, 2010; MPA, 2011).

A pesca amazônica apresenta uma complexidade muito alta, são inúmeras as estratégias de pesca com oferta e demanda para um elevado número de espécies de peixes. Além disso, devido as suas condições hidrográficas a Amazônia apresenta diferentes espaços que propiciam a exploração de recursos pesqueiros, tais como lagos, rios e zona costeira. Possibilitando as pescas costeiras ou fluviolacustres por diferentes tipos de usuários, com diferentes estratégias de pesca e diferentes impactos sobre os recursos e ambiente. Nesse cenário, a territorialidade da pesca enquanto espaço construído e disputado por diversas categorias de pescadores (FURTADO, 2004) tem sido tema de discussão sobre a pesca na Amazônia. Nos anos de 1970 a 1980 foram destacadas muitas disputas territoriais entre pescadores artesanais e industriais na região, principalmente relacionadas a instalação do parque industrial pesqueiro a partir de incentivos fiscais do governo federal. Segundo Furtado (1990), a partir disso se intensificaram as disparidades entre os diferentes setores pesqueiros na região do estado do Pará, se diversificando do ponto de vista técnico-social em setor pesqueiro artesanal e industrial (RAPOZO; WITKOSKI, 2009). De acordo com Furtado (2004), essa dinâmica conflituosa foi vivenciada por pescadores artesanais à medida que suas áreas de pesca eram invadidas por frotas de pescadores industriais destinadas a explorar áreas de alto mar.

As dinâmicas dos conflitos socioambientais na Amazônia decorrem das tensões relacionadas às mais diversas formas de apropriação de recursos pesqueiros, associadas também a questão social. Um dos principais conflitos registrados foi a “Guerra do peixe” em 1973 no lago Janauacá, Amazonas, no qual o objeto de conflitos entre camponeses e pescadores era o uso de lagos e igarapés para a pesca com equipamento de captura indiscriminada, levando ao esgotamento dos cardumes para os camponeses que utilizavam a pesca como recurso complementar às suas atividades agrícolas. Conflitos desse escopo são recorrentes na Amazônia, como apontado por Sobreiro (2007) os conflitos relacionados a apropriação e defesa de territórios para atividades pesqueiras do médio do Rio Negro estão inseridos num contexto de múltiplo uso de recursos envolvendo diferentes modalidades de pesca. Segundo Freitas e Rivas (2006) há pelo menos seis modalidades de pesca predominantes na bacia Amazônica, sendo elas:

(...) uma pesca predominantemente de subsistência, praticada por grupos familiares, pequenas comunidades, subestruturas étnicas e outras estruturas de pequeno porte que buscam a sobrevivência física (1); uma pescaria comercial multiespecífica, destinada ao abastecimento dos centros urbanos regionais e praticada, em geral, por pescadores residentes nesses centros (2); uma pescaria comercial monoespecífica, voltada para a exportação e dirigida principalmente à captura de bagres como a piramutaba *Brachyplatystoma vailantii* e o surubim *Pseudoplatystoma filamentosum* (3); uma pesca em reservatórios, resultante da construção de grandes represas para geração de energia elétrica, como Tucuruí e Balbina, que vem sendo desenvolvida por uma nova categoria de pescadores denominados “barrageiros” (4); uma pesca esportiva, que tem como espécie alvo o tucunaré *Cichla sp.* e vem sendo praticada principalmente em rios de águas pretas; e, uma pescaria de espécies ornamentais destinadas, principalmente, à exportação (..) (5).

Na Amazônia, a questão da territorialidade se mostra intrinsecamente ligada aos recursos pesqueiros, visto que as técnicas e tecnologias utilizadas pelos diferentes setores pesqueiros influenciam na formação dos pontos de pesca utilizados pelos pescadores, formando as territorialidades diversas (MCGRATH et al., 1993; BARTHEM et al., 1997). Essa diversificação na atividade pesqueira, resultante da demanda de diferentes setores de pesca, levou ao surgimento de diversos conflitos de interesses entre estes setores, incluindo a sobreposição de áreas de pesca entre as diferentes modalidades (FURTADO, 2004). Na maioria dos casos, os pescadores artesanais, que possuem territórios de pesca limitados por sua capacidade logística, confrontam com outros setores pesqueiros que possuem maior capacidade produtiva de extração de pescados (DA SILVA et al., 2016). Além disso, esse aumento da capacidade de extração e estocagem de pescado e a possibilidade de explorar territórios de pesca mais distante associadas à implementação de apetrechos com alto poder de captura não foi acompanhada por um controle sobre os impactos causados no estoque pesqueiro, levando a uma generalizada redução do recurso pesqueiro disponível, com impactos diretos principalmente sobre a pesca artesanal (SILVA, 2011; CARDOSO et al., 2018).

A pressão excessiva da pesca comercial sobre a pesca local, resultou em mobilizações populares que levaram a implementação de acordos coletivos para a regulação da atividade pesqueira, chamados Acordos de Pesca. McGrath et al. (2008) apresentam um estudo baseado nesta abordagem para a várzea amazônica, onde as atividades econômicas das famílias locais são integradas ao contexto econômico e histórico da região em direção ao sistema de gestão compartilhada dos acordos de pesca. Embora a política pesqueira seja baseada no regime de propriedade estatal, a preocupação com o declínio na atividade pesqueira levou a pescadores artesanais a tentarem assumir o controle e regulação de territórios de pesca, visando preencher o vazio do Estado no gerenciamento e regulação dos recursos pesqueiros, bem como na mediação de conflitos (BRAGA; BARROS; CHAVES, 2007; CASTRO; MCGRATH, 2010). Frequentemente, o esforço das comunidades e pescadores locais no desenvolvimento de um manejo comunitário é mediado por associações de pescadores, tais como as Colônias de Pesca

(MCGRATH; CASTRO; FUTEMMA, 1994; FURTADO, 2004). Baseados nos acordos de pesca, deu-se início a uma gestão de pesca integrada ou participativa, na qual os usuários e governo dividem a responsabilidade no manejo e gestão dos recursos pesqueiros, e pautada como instrumento de controle de conflitos, diminuição da sobrepesca e aumento na produtividade da atividade pesqueira para os diferentes setores pesqueiros (CERDEIRA, 2009; SILVA; FERREIRA, 2018)

#### 2.4 CONFLITOS DE PESCA NA COSTA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: GESTÃO DO TERRITÓRIO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A zona costeira atlântica da Amazônia brasileira compreende principalmente os litorais dos estados do Amapá e Pará, localizada entre o Cabo Orange (estado do Amapá) e a Ponta de Tubarão, estado do Maranhão, medindo cerca de 2.250 km de extensão. Esse espaço litorâneo tem sido palco de relações socioambientais decorrentes das formas de uso e apropriação de recursos pesqueiros. No estudo de Furtado (1990) sobre a dinâmica de pesca no estado do Pará, é apontado que os principais conflitos envolvendo pescadores artesanais litorâneos se deu a partir da industrialização da atividade pesqueira sob o amparo de recursos oriundos das políticas de incentivos fiscais. Sendo assim, a presença maciça de frotas pesqueiras industriais, que passaram a “invadir” territórios de pescadores artesanais, com o uso de tecnologias de alta capacidade de captura levaram a uma exploração indiscriminada que levou a rarefação de algumas espécies de peixes altamente consumida e comercializada por pescadores artesanais. A ocupação da zona costeira intensificou-se principalmente na década de 70 a partir da priorização de processos de desenvolvimento, tais como a litoralização, turismo e lazer, reestruturação produtiva (ROCHA; SOARES; MORAES, 2019). Segundo Mello (1985), esse processo gerou impulso também sobre o setor pesqueiro, principalmente a partir da integração e expansão da malha rodoviária que facilitou o escoamento, o uso de tecnologias, assim como reforçou a exploração e controle da atividade pesqueira pelos setores industriais e comerciais. Tais processos foram observados nos estudos de Penner (1984), Loureiro (1985), Furtado; Leitão e Mello (1993) desenvolvidos no litoral do estado do Pará.

Nas últimas duas décadas, os estudos sobre a pesca no litoral da Amazônia brasileira ganharam outro foco, abrangendo as territorialidades das comunidades locais e as áreas protegidas. Somente na região costeira da macrozona nordeste do Pará, que compreende do município de Abaetetuba ao município de Viseu, foram estabelecidas 12 Reservas Extrativistas (RESEX) entre os anos de 2000 a 2014 (ROCHA; SOARES; MORAES, 2019). Além disso, existem diversas outras Áreas de Proteção Ambiental (APA) no território da Ilha do Marajó que

compõem um mosaico de UCs de uso sustentável no território costeiro da Amazônia. A implementação dessas UCs é pautada principalmente nas demandas dos povos e comunidades tradicionais, aliando a conservação do meio ambiente com o compartilhamento da gestão dos territórios com as populações que historicamente o ocupam (BRASIL, 2000). A presença dessas UCs, tais como RESEXs, APAs e RESEXs marinhas, passam a ser instrumentos fundamentais na gestão dos territórios costeiros da Amazônia brasileira.

Ao analisar três UCs na zona costeira do estado do Pará, Canto (2020) pontua que gestores das UCs enfrentam uma alta complexidade de categorias de conflitos socioambientais que emergem no processo de gestão compartilhada. Entretanto, ressalta que a gestão compartilhada é potencializada na medida em que os atores envolvidos promovem o diálogo juntamente com a participação social. Como destaca Carmo et al. (2018), conflitos relacionados a pesca e degradação ambiental estão entre os principais conflitos socioambientais identificados nas UCs da zona costeira paraense. O mesmo foi identificado por Santos et al. (2020) na gestão ambiental na Vila de Camará, estado do Pará. Os autores apontam que entre os principais conflitos socioambientais existentes na RESEX Marinha Mestre Lucindo estão a pesca predatória e a degradação de praias.

No caso do Pará, a disseminação das UCs na zona costeira, em particular na região da macrozona nordeste, pode ser entendida como uma significativa intervenção do estado em uma lógica voltada para assegurar o uso racional dos recursos naturais, os saberes e culturas e a reprodução social das coletividades locais (CARMO et al., 2018; CANTO et al., 2020; SANTOS et al., 2020). Por outro lado, Rocha, Soares e Moraes (2019) pontua que os municípios acabam englobados na jurisdição das UCs, o que pode estabelecer marcos de cooperação entre as esferas públicas, mas estimular potenciais conflitos de interesse no que tange às dinâmicas territoriais e processos de desenvolvimento regional. A existência desses territórios de ação pública estimula o processo de descentralização e diminuição da territorialidade assimétrica em função de condições sociais e econômicas. Desse modo, cria-se um processo democrático na dinâmica territorial da Amazônia, com maior acesso coletivo (CARMO et al., 2018; ROCHA; SOARES; MORAES, 2019; CANTO et al., 2020).

No que concerne à costa do estado Amapá, existem três UCs localizados na principal faixa de pesca litorânea, desde o município do Oiapoque até a desembocadura do Rio Araguari. Porém, tratam-se de UCs de proteção integral que segundo a legislação admite apenas o uso indireto de seus atributos naturais (BRASIL, 2000). A região entre a foz do rio Oiapoque e a costa do Estado do Amapá apresenta um cenário de conflitos recorrentes devido à sobreposição das águas estuarinas do rio Oiapoque e litorâneas do Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO)

por frotas de pescadores artesanais em razão da restrição da pesca em sua extensão marítima, bem como conflitos envolvendo pescadores industriais de outros estados e pescadores guianenses (FIGUEIREDO SILVA et al., 2016). A presença de diferentes frotas pesqueiras, com grande número de embarcações atuando na costa Amapaense, se apresenta como uma ameaça à sustentabilidade da pesca na região. Nesse contexto, a atividade pesqueira tradicional de natureza fundamentalmente artesanal, passa também a ser ameaçada devido a sua baixa competitividade em relação a pesca praticada por barcos de aporte industrial de outros estados da Federação e até mesmo de outros países. Estas frotas geralmente possuem apetrechos com alto poder de captura que afetam o estoque pesqueiro disponível para pescadores artesanais, criando cenários de conflitos recorrentes, no que diz respeito a disputas territoriais (SILVA et al., 2008; SILVA; DIAS, 2010; DE CASTRO DIAS et al., 2013; CAÑETE; MAGALHAES; RAVENA-CAÑETE, 2014; FIGUEIREDO SILVA et al., 2016).

As políticas públicas relacionadas a pesca na zona costeira da Amazônia Brasileira tiveram como foco principal o desenvolvimento de tecnologias voltadas para o aumento do esforço e poder de captura das frotas com regulamentação concentrada na pesca industrial, enquanto o setor artesanal carece de políticas públicas de gestão para o setor. Além disso, as tendências de pesca indiscriminada geram muitos conflitos e incertezas relacionadas a continuidade da atividade pesqueira artesanal, com uma forte demanda por parte de populações locais e tradicionais, que dependem da pesca como fonte de renda e alimento, para uma exploração sustentável dos recursos pesqueiros e garantias de territórios para a continuidade de sua reprodução social. Nesse sentido, as UCs atuantes na zona costeira amazônica são atores importantes nos cenários de conflitos socioambientais relacionados a pesca.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

#### **3.1 ÁREA DE ESTUDO**

A Zona costeira amazônica do Amapá é caracterizada pela elevada precipitação anual (3.300 mm), alta média de temperatura ( $>20^{\circ}\text{C}$ ) e regime de macromarés (PEREIRA et al., 2009; RODRIGUES; SILVA JUNIOR, 2021). A região abriga um mosaico de ecossistemas controlados por regimes hidrológicos costeiros, oceânicos e continentais (Figura 1). A paisagem é composta por extensas faixas de Planícies Fluviolacustres e Fluviomarinhas caracterizadas por áreas planas e de baixa altitude com interface para o mar e sujeitas à processos hidrodinâmicos como a flutuação sazonal de marés de grande amplitude (12 m) e alagamentos periódicos (NETO et al., 2007; PEREIRA et al., 2007; IBGE, 2022). As planícies são cobertas

por várzeas, igapós, florestas ombrófilas, savanas, florestas pioneiras com influencia fluvial e manguezais (IBGE, 2022; RODRIGUES; SILVA JUNIOR, 2021; ROCHA; MORAES, 2018), cuja complexidade resulta em uma elevada diversidade biológica ainda pouco conhecida, mas de grande potencial econômico.

O estudo prévio de Santos (2016) aponta que os ecossistemas da Zona Costeira Amazônica, principalmente nas regiões do Amapá e Pará, apresentam alta vulnerabilidade à medida que se intensificam as atividades econômicas nos setores da pesca, do turismo e industrial. De acordo com Rodrigues e Silva Junior (2021), dificuldades na gestão dos ecossistemas e recursos naturais da região costeira do Amapá resultam da lacuna de diagnósticos socioambientais na região, assim como da contrariedade de políticas públicas e administração territorial nos setores costeiros do estado. Entre os principais desafios na gestão das áreas costeiras amapaenses, os conflitos de pesca são múltiplos e de difícil resolução pois geram impactos negativos complexos no âmbito social, econômico e ambiental.

### 3.1.1 OIAPOQUE

O município de Oiapoque é acessado através da BR-156, a aproximadamente 590 km de distância da capital Macapá. Possui extensão territorial de 22.625 km<sup>2</sup> e uma população estimada de 27.270 pessoas para o ano de 2019. Parte do município faz fronteira com a Guiana Francesa, e tem a pesca como uma das atividades bases da economia municipal (RIBEIRO, 2018; RAVENA-CAÑETE; RAVENA-CAÑETE; MAGALHÃES, 2015).

Duas Unidades de Conservação Federais (UC) estão sob a abrangência do município: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT) e o Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO). Dentre elas, apenas o PNCO compreende 100% do litoral de Oiapoque, tendo sido criada pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 84.913 de 15 de julho de 1980 (BRASIL, 1980). O PNCO possui extensão territorial de 619.000ha e um perímetro de 590km, (aproximadamente 9,8% do município de Oiapoque) incluindo uma faixa de cerca de 200km de extensão adentrando ao mar em 10km (5,4 milhas náuticas).

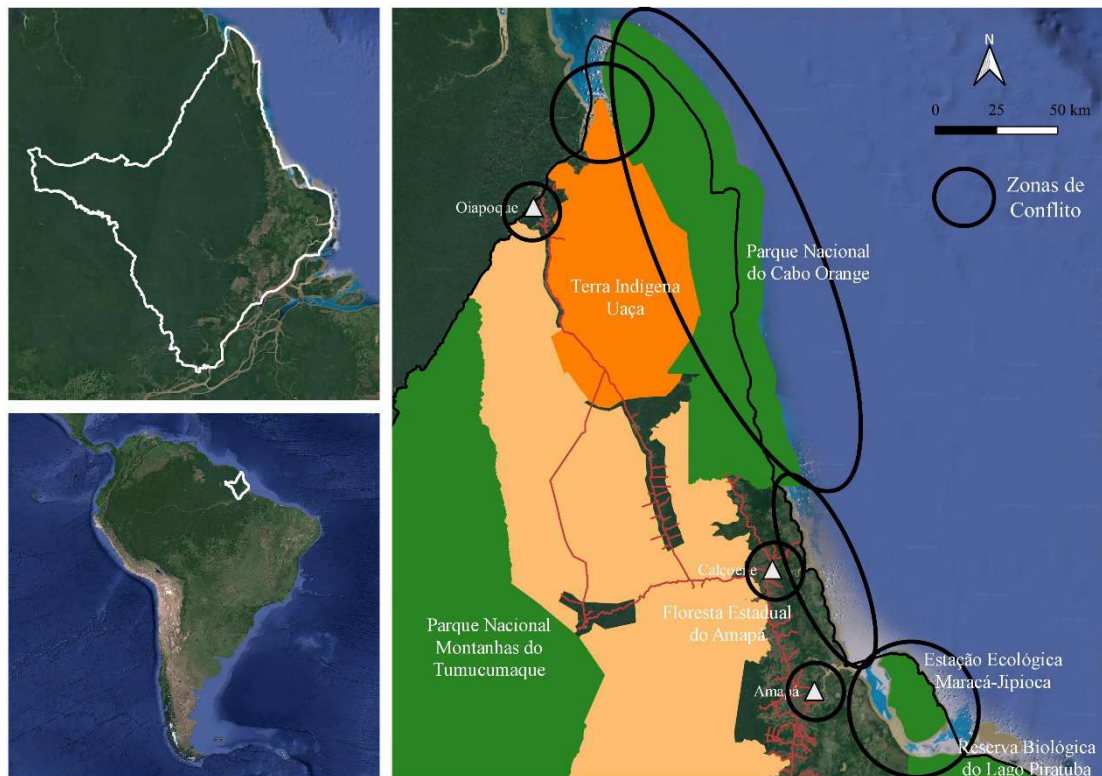
### 3.1.2 CALÇOENE

O município de Calçoene apresenta uma área de 14.117 km<sup>2</sup> e uma população estimada de 11.117 pessoas para o ano de 2019 (IBGE, 2020). O acesso ao município é através da BR-156, que fica aproximadamente a 364 km de distância da capital Macapá (ZACARDI et al, 2016). A pesca é uma das suas principais atividades econômicas do município (ICMBIO, 2010).

O PNCO abrange 209 mil ha do município de Calçoene, o que equivale a 14,7% de seu território e cerca de 76% do litoral do município (ICMBIO, 2010).

### 3.1.3 AMAPÁ

O município de Amapá possui 8.454 km<sup>2</sup> de extensão e está localizado na região centro-leste do estado do Amapá, porção referente à planície costeira. Foi estimada uma população de 9.109 pessoas para o município no ano de 2019 (IBGE, 2020). A pesca vigora como uma das principais atividades econômicas no município, com maior valor de produção e peso na composição do valor total gerado pelas atividades extrativas do município. No ambiente costeiro-estuarino do município encontra-se a Estação Ecológica (ESEC) Maracá-Jipioca que compreende duas porções de ilhas de aproximadamente 72.000 ha, Maracá e Jipioca, distantes a 6km do continente. Esse território é uma UC de Proteção Integral criada pelo Decreto Federal nº 86.061, de 02 de junho de 1981 (DRUMMOND; DIAS; BRITO, 2008; PATHEK et al., 2014).



**Figura 1.** Zonas de Conflitos de Pesca na Costa do Amapá, Norte do Brasil, destacadas por círculos pretos de tamanho variável. Os triângulos representam o perímetro urbano dos três municípios: Oiapoque, Calçoene e Amapá.

### 3.2 AMOSTRAGEM

Os dados foram coletados a partir de oficinas com o público-alvo da pesquisa, baseado nos métodos descritos por Pereira (2006) e Paviani e Fontana (2009). As oficinas atendem a finalidade de articular pressupostos e noções de ações concretas vivenciadas pelos participantes (PAVIANI; FONTANA, 2009). Foram realizadas três oficinas: no município de Oiapoque realizada no dia 16 de outubro de 2019, no município de Calçoene em 17 de outubro de 2019, e no município de Amapá em dia 18 de outubro de 2019. As oficinas foram realizadas nas sedes das Colônias de Pescadores de cada município em forma de plenárias, onde foram incluídas reuniões com lideranças das colônias e conversas individuais com pescadores e pescadoras (PEREIRA, 2006).

Participaram das oficinas pessoas vinculadas as Colônias de Pescadores de cada município. Tal público é constituído por pescadores artesanais, todos maiores de 18 anos, ativos na atividade pesqueira local e que praticam tanto a pesca na zona costeira, quanto em rios e lagos continentais. Um total de 218 pessoas participaram das oficinas, sendo 84 na Oficina do município de Oiapoque, 43 na Oficina do município de Calçoene e 91 na Oficina do município Amapá. Durante as oficinas buscou-se entender como os pescadores se posicionavam diante da realidade da pesca artesanal e dos conflitos existentes, além de suas percepções acerca da exploração de recursos naturais, regras de uso e controle e monitoramento da pesca. Nas oficinas buscou-se estabelecer uma relação dialógica com os pescadores e pescadoras afim de apontar caminhos e alternativas pautadas na resolução dos conflitos e embates enfrentados no contexto da pesca (PEREIRA, 2006).

Além do levantamento dos conflitos, durante as oficinas foram obtidas informações que permitiram a melhor compreensão da dimensão dos conflitos relatados, como o fator temporal do conflito, a escala atual do conflito, os atores envolvidos e possíveis medidas para parar ou minimizar os conflitos, todas sob a ótica dos pescadores:

- **Levantamento de conflitos:** descrição dos conflitos, tais como conflitos entre os próprios pescadores, conflitos de mercado, conflitos com órgãos públicos e Instituições privadas.
- **Fator temporal:** tempo de ocorrência dos conflitos e quando foi observado que estes se tornaram mais aparentes.
- **Escala do conflito:** a escala atual do conflito, sendo caracterizado como latente (não aparente, não manifestado, pouco conhecido), emergente (pouco visível, que emerge

em manifestação, conhecido por um grupo ou uma parcela do público-alvo) ou manifestado (aparente, explícito, extremamente visível).

- **Atores envolvidos:** quais atores estão envolvidos direta ou indiretamente no conflito (órgãos públicos, Instituições privadas, pessoas físicas).
- **Medidas que podem ser adotadas:** possíveis medidas para parar ou minimizar os conflitos sob a ótica dos pescadores.

### 3.3 ANÁLISE DOS DADOS

Para compreender o papel dos atores nos conflitos relatados, foi realizada a classificação dos atores envolvidos baseando-se nos métodos utilizados nos estudos de Chrispino (2007) e Zhouri e Zucarelli (2008). Os atores foram classificados de acordo com o poder que desempenham no conflito, em quatro categorias:

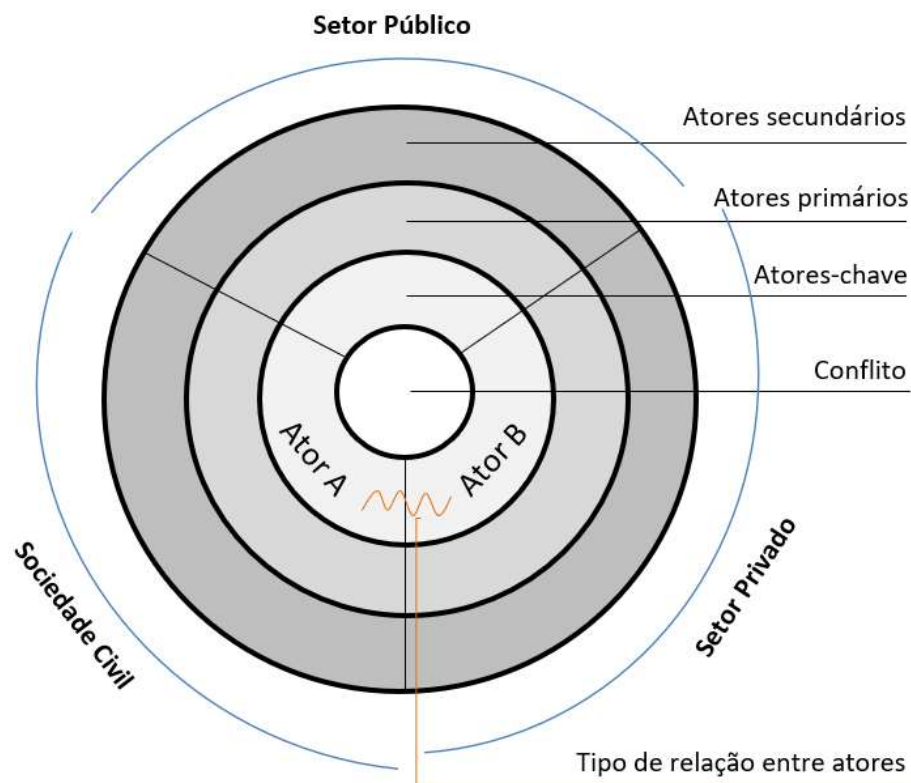
- **Impactado:** ator que sofre impacto no conflito, agentes passivos.
- **Poder de impactar:** ator que causa o impacto no conflito. Ativos na manifestação do conflito.
- **Conhecimento específico:** atores que podem gerar dados e informações que podem subsidiar decisões e soluções para o cenário conflituoso.
- **Poder de amenizar ou parar:** atores que tem o poder de facilitar ou sanar pontos que geram ou agravam os conflitos, mediadores.

Após essa classificação, foi montado o mapa conceitual de atores para cada conflito. O mapa de atores é uma ferramenta cognitiva onde analisamos as esferas dos atores envolvidos no conflito de forma especializada. A análise envolve atores do setor público, privado ou da sociedade civil, com a determinação de seu nível de influência no conflito. Além das esferas de governança, os atores foram divididos no mapa em três categorias de envolvimento no conflito:

- **Atores-chave:** são os mais próximos do conflito, que impactam ou que são diretamente impactados. Dentro da organização no mapa, eles estão dentro da linha mais próxima ao centro do conflito (Figura 2).
- **Atores primários:** são aqueles que não são diretamente afetados ou envolvidos, mas exercem grande influência ou poder, direta ou indiretamente (Figura 2).
- **Atores secundários:** são os atores que participam parcialmente do conflito, não atuando de forma integral, na maioria das vezes (Figura 2).

No mapa foram sistematizadas as relações entre os atores, inclusive o fluxo atual de diálogo ou de conflito. Para classificação da relação entre os atores usamos as seguintes representações gráficas:

- Atores com relações próximas: ————
- Atores com ótima relação, de aliança: =====
- Atores com relação fraca, informal: - - - - -
- Atores com relação predominante de influência: —————>
- Atores com relação de conflito: ~~~~~
- Atores com relações cortadas: — —



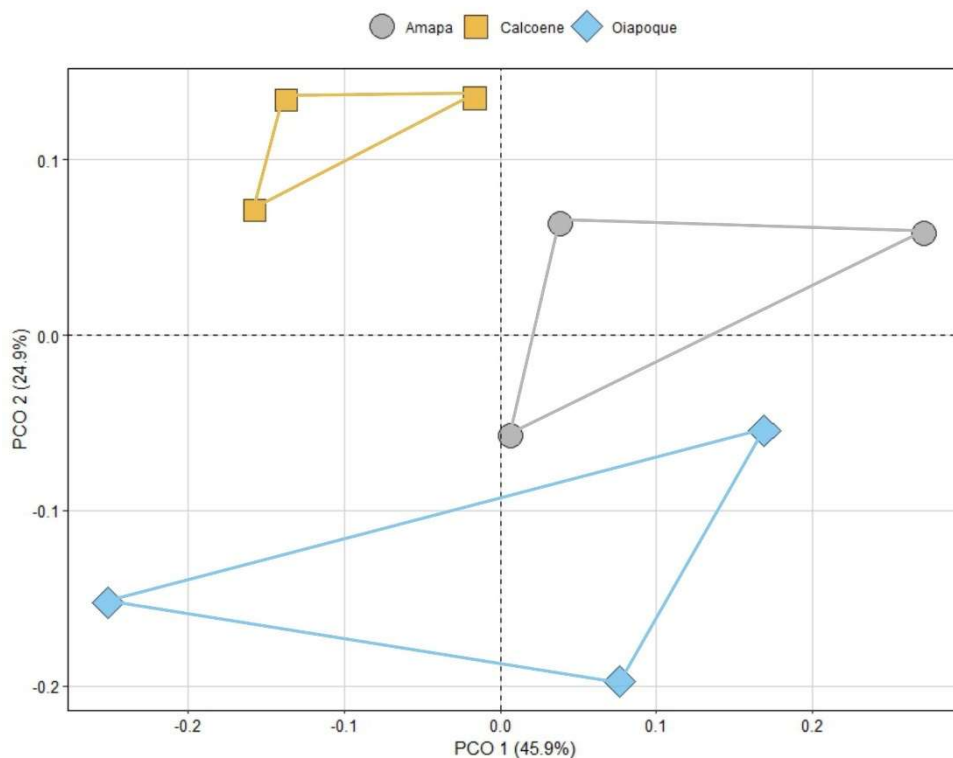
**Figura 2.** Modelo do Mapa conceitual de atores dos conflitos.

Para investigar se há similaridade entre os conflitos relatados, elaboramos com os dados coletados nas oficinas uma matriz de dissimilaridade de Bray-Curtis. Os conflitos foram ordenados em um espaço multivariado por meio de uma Análise de Coordenadas Principais (*Principal Coordinate Analysis - PCoA*) considerando fator temporal do conflito, a escala do conflito e os atores envolvidos. Trata-se de uma análise de ordenação irrestrita que aceita dados de diferentes tipos, como contínuos, categóricos, ordinais, binários, entre outros. Os conflitos foram ordenados de acordo com o município e a intensidade. Foi determinada se houve

influência da localidade (Oiapoque, Calçoene e Amapá) e/ou da intensidade (emergente, latente ou manifestado) nas características dos conflitos por meio de uma Análise de Variância Multivariada (MANOVA) utilizando os escores dos dois primeiros eixos gerados pela PCoA. As análises foram realizadas através do software R versão 4.0.3 (R Development Core Team, 2015).

#### 4 RESULTADOS

Foram registrados um total de nove grandes conflitos comuns entre os pescadores de cada município. Cada município registrou três conflitos, com diferença significativa entre as características do conflito entre municípios (MANOVA - Pillai trace = 1.11, degrees of freedom (df) = 2 and 6,  $p = 0.03$ ). O gráfico de ordenação representa visualmente essa diferença no espaço multidimensional (FIGURA 3). Foram considerados diferentes aspectos dos conflitos que evidenciam essas diferenças entre os municípios e vão desde a intensidade, passando pela relação entre os atores envolvidos até o tipo de conflito. Essa abordagem multidimensional reforça a ideia de que cada conflito possui singularidades que devem ser consideradas nos diversos aspectos observáveis.



**Figura 3.** Gráfico da análise de coordenadas principais (PCoA) baseado nas características de cada um dos nove conflitos. As cores e formato dos pontos correspondem ao município onde o conflito foi registrado.

## 4.1 OIAPOQUE

### 4.1.1 CONFLITOS COM BARCOS DO ESTADO DO PARÁ

O conflito com embarcações paraenses, que invadem águas amapaenses para pesca, destacou-se como um dos principais conflitos mencionados pelos pescadores do município de Oiapoque. O conflito ocorre principalmente na área marinha do PNCO, onde os pescadores artesanais locais concentram sua atividade pesqueira de acordo com o porte de suas embarcações. Além disso, os pescadores locais ressaltam que suas atividades pesqueiras na zona do PNCO são fruto de um acordo direto com a equipe gestora do PNCO, que permite que os pescadores de Oiapoque exerçam a pesca de forma sustentável por meio de regras e controle de uso.

O conflito com barcos do Pará se manifesta em diversas tensões e confrontos diretos entre os pescadores de Oiapoque e pescadores paraenses. Segundo relatos dos pescadores locais, as tripulações dos barcos do Pará colidem com suas embarcações de grande porte, que possuem capacidade de até 60 toneladas, afundando as embarcações locais de pequeno porte. O tamanho das embarcações paraenses gera conflito também durante a sua ancoragem na foz do rio Oiapoque, que geralmente ocorre muito próxima a margem onde os pescadores locais exercem suas atividades, levando a sobreposição do espaço e ao conflito direto, com ofensas e ameaças por parte dos tripulantes paraenses desferidas aos pescadores locais, e o corte das redes de pescadores artesanais locais por pescadores paraenses em situações do emaranhamento das redes.

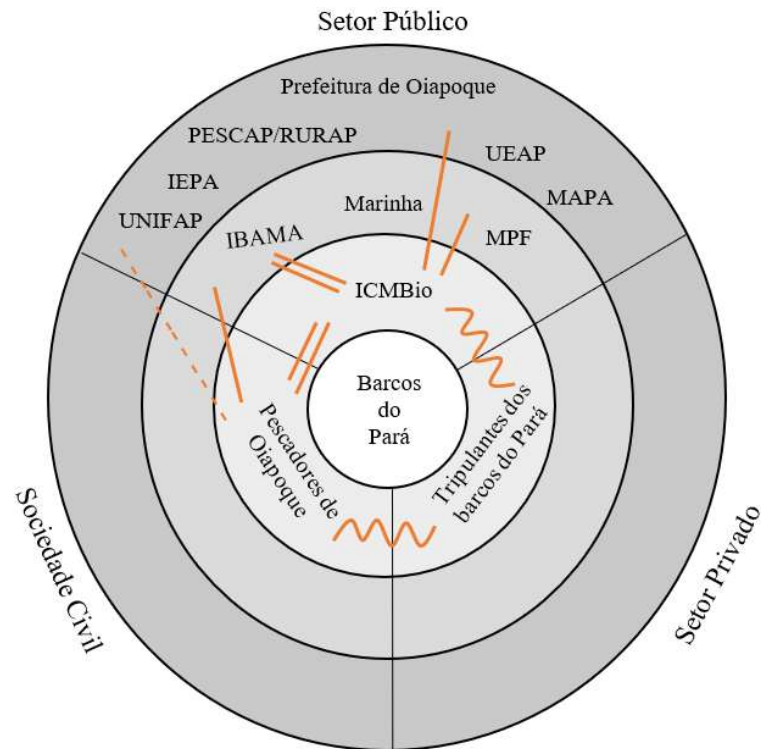
Os entrevistados afirmam que houve um aumento na captura de indivíduos jovens de várias espécies por conta da intensificação da pesca por barcos do Pará, com especial atenção a Pescada-Gó (*Macrodon ancylodon*) que são capturadas acidentalmente devido ao tamanho pequeno da malha das redes de pesca utilizadas por pescadores invasores (malha 43). Os participantes enfatizam que a Pescada-Gó não é um peixe de mercado, mas faz parte da base da cadeia alimentar para outras espécies capturadas pelos pescadores artesanais, e que a sua diminuição na área pode interferir diretamente na abundância de peixes comerciais. Além disso, o descarte de restos de peixes apodrecidos no mar, bem como o lixo produzido nas embarcações paraenses causa mal cheiro e poluição em várias áreas de pesca marinha no PNCO.

A migração de barcos Paraense para a região costeira do Amapá teria iniciado em meados de 2000, com acentuação do conflito durante os últimos seis anos. O conflito foi caracterizado como **manifestado**. Foram citados treze (13) atores no conflito com barcos

paraenses (Tabela 1). O conflito é entre membros da sociedade civil e do poder público contra outros entes da sociedade civil. No que concerne as relações entre os atores chave (Figura 4), os pescadores artesanais do Oiapoque (Impactados) e o ICMBio (Impactado e com Poder de Impactar), cuja relação entre si é de aliados, tem a relação direta e conflituosa com os tripulantes de barcos do Pará (Poder de Impactar). A fiscalização por parte de órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Marinha do Brasil foi apontada como uma solução executável, porém considerada ineficaz por parte dos impactados. De acordo com os pescadores locais, quando há operações de fiscalização os barcos paraenses se afastam da zona de conflito, indicando o vazamento de informações sobre as operações de fiscalização.

**Tabela 1.** Classificação dos atores do conflito com barcos paraenses em Oiapoque, Amapá, Brasil.

Nº	Atores mapeados na oficina	Tipos de atores
1	Tripulantes de barcos do Pará	Poder de impactar
2	Pescadores artesanais de Oiapoque	Impactado
3	IBAMA	Poder de minimizar
4	ICMBio	Impactado e poder de minimizar
5	Marinha	Poder de minimizar
6	MPF	Poder de mediar e minimizar
7	Prefeitura de Oiapoque	Conhecimento específico
8	Secretaria Municipal de Pesca	Conhecimento específico
9	IEPA	Conhecimento específico
10	UNIFAP	Conhecimento específico
11	UEAP	Conhecimento específico
12	PESCAP/RURAP	Conhecimento específico
13	MAPA	Poder de minimizar ou parar



**Figura 4.** Mapa de relação entre atores de envolvidos no conflito pesqueiro com barcos paraenses do município de Oiapoque, Amapá, Brasil.

Entre as soluções sugeridas pelos participantes em relação ao conflito está o aumento de fiscalização no PNCO por parte dos órgãos de fiscalização e o ordenamento da pesca na costa do Amapá. Outra solução apresentada pelos participantes foi a criação da Reserva Extrativista (RESEX) marinha na costa do Amapá, uma UC de Uso Sustentável, que garantiria uma área de pesca para os pescadores artesanais locais, além de proteger os estoques pesqueiros da região.

Em relação ao conflito da ancoragem e sobreposição de espaço, foi sugerido que a Marinha definisse áreas para ancoragem de acordo com a capacidade de toneladas das embarcações. Além disso, foi indicada a necessidade de envolvimento de órgãos de pesquisas e contribuições científicas organizadas que visem subsidiar o processo de ordenamento da pesca na costa amapaense de forma eficaz.

#### 4.1.2 BARCOS FRANCESES

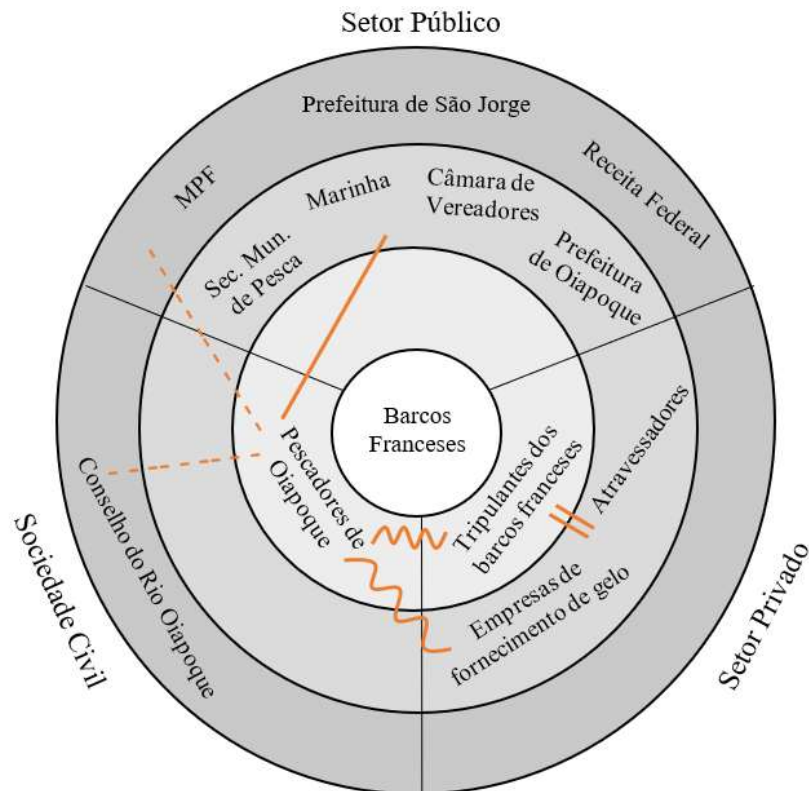
Nas oficinas foram identificados os conflitos relacionados a presença de embarcações francesas com tripulação brasileira, que comercializam o seu pescado no mercado local em Oiapoque. A área de conflito é orla da cidade de Oiapoque, onde ocorre o desembarque e a venda do pescado. Entre os problemas relatados pelos participantes estão a preferência por parte dos atravessadores pelo pescado fornecido pelas embarcações francesas, prejudicando os

pescadores locais que não podem comercializar na Guiana Francesa, e o abastecimento preferencial dos barcos franceses pelos fornecedores de gelo, o que prejudica o acesso a insumos pelos pescadores artesanais de Oiapoque.

Esses conflitos com barcos franceses teriam iniciado no ano de 2017, e tem se intensificado desde então. O conflito se caracteriza como um conflito **emergente**. Foram citados doze (12) atores envolvidos no conflito (Tabela 2). O conflito ocorre entre entes da sociedade civil, pois os barcos são tripulados por brasileiros. A relação entre os atores evidencia que os pescadores artesanais de Oiapoque são impactados tanto pelos tripulantes dos barcos franceses como pelas empresas de fornecimento de gelo, as últimas aliadas comercialmente, sendo importante frisar a baixa inserção do setor público no conflito (Figura 5).

**Tabela 2.** Classificação dos atores do conflito com barcos franceses em Oiapoque, Amapá, Brasil.

Nº	Atores mapeados na oficina	Tipos de atores
1	Tripulantes de barcos franceses	Poder de impactar
2	Empresas de fornecimento de gelo	Poder de impactar/poder de minimizar
3	Atravessadores	Poder de impactar/ poder de minimizar
4	Pescadores artesanais de Oiapoque	Impactado
5	Marinha	Poder de minimizar
6	MPF	Poder de mediar e minimizar
7	Prefeitura de Oiapoque	Poder de mediar e minimizar
8	Câmara de Vereadores	Poder de mediar e minimizar
9	Secretaria Municipal de Pesca	Poder de mediar e minimizar
10	Prefeitura de São Jorge – Guiana	Poder de mediar e minimizar
11	Receita Federal	Poder de mediar e minimizar
12	Conselho do Rio Oiapoque	Poder de mediar e minimizar



**Figura 5.** Mapa de relação entre atores envolvidos no conflito pesqueiro com barcos franceses do município de Oiapoque.

Os participantes sugeriram como soluções para o conflito uma maior inserção do setor público, por meio do aumento das atividades de fiscalização por parte da Marinha do Brasil e da Prefeitura de Oiapoque, e da celebração de acordos comerciais internacionais entre o Governo da Guiana Francesa e o Governo do Brasil.

#### 4.1.3 CONFLITOS COM ATRAVESSADORES

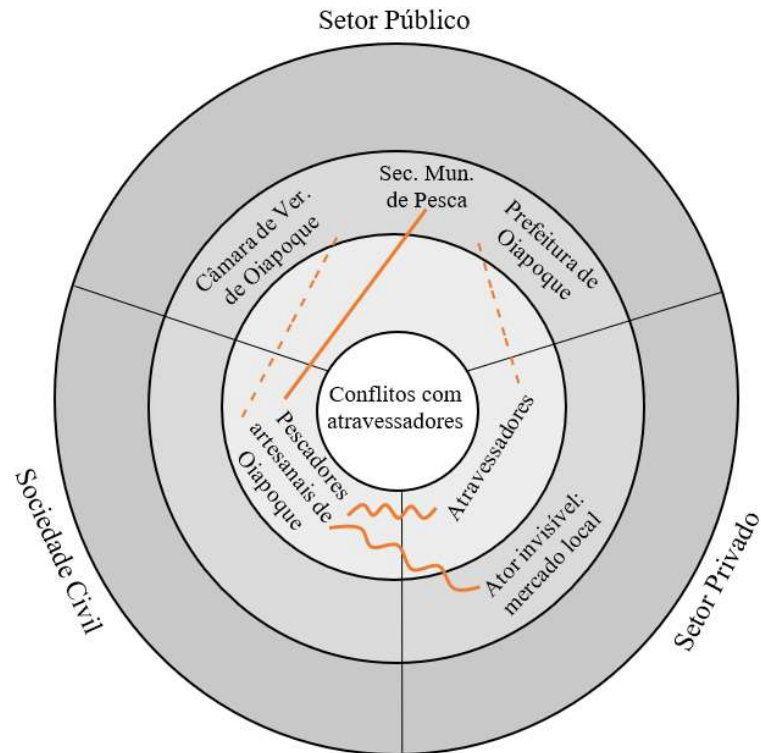
Foi apontado o conflito entre os pescadores locais de Oiapoque com atravessadores da fronteira. Segundo pescadores de Oiapoque, os atravessadores compram o peixe dos pescadores artesanais por valores muito baixos e revendem no mercado local de Oiapoque a preços altos. A zona de conflito é a orla da cidade de Oiapoque, onde ocorre o desembarque e venda de pescado.

De acordo com os pescadores, o conflito é antigo, mas tem se intensificado a partir de 2016. O conflito foi caracterizado como **emergente**. Foram citados oito (05) atores com atuação no conflito com os atravessadores (Tabela 3). É um conflito entre entes da sociedade civil. A relação entre os atores evidencia que os pescadores artesanais de Oiapoque são impactados

tanto pelos tripulantes dos barcos franceses como pelas empresas de fornecimento de gelo, as últimas aliadas comercialmente, sendo importante frisar a baixa inserção do setor público no conflito. Há poucos atores envolvidos no conflito (Figura 6), além da relação de impactado (pescador artesanal) e poder impactar (atravessador), os pescadores artesanais tem uma relação conflituosa com o mercado local de Oiapoque, um ator que impacta diretamente no conflito, mas é pouco observado (ator invisível). A solução apresentada pela plenária para o conflito com os atravessadores foi o tabelamento de preços do município para o pescado.

**Tabela 3.** Classificação dos atores do conflito com atravessadores em Oiapoque, Amapá, Brasil.

Nº	Atores mapeados na oficina	Tipos de atores
1	Atravessadores	Poder de impactar
2	Pescadores artesanais de Oiapoque	Impactado
3	Prefeitura de Oiapoque	Poder de mediar e minimizar
4	Secretaria Municipal de Pesca	Poder de mediar e minimizar
5	Câmara de Vereadores de Oiapoque	Poder de mediar e minimizar
6	Mercado local	Ator invisível



**Figura 6.** Mapa de relação entre atores de envolvidos no conflito pesqueiro atravessadores de pescado no município de Oiapoque, Amapá, Brasil.

## 4.2 CALÇOENE

### 4.2.1 PESCA COM MERGULHO

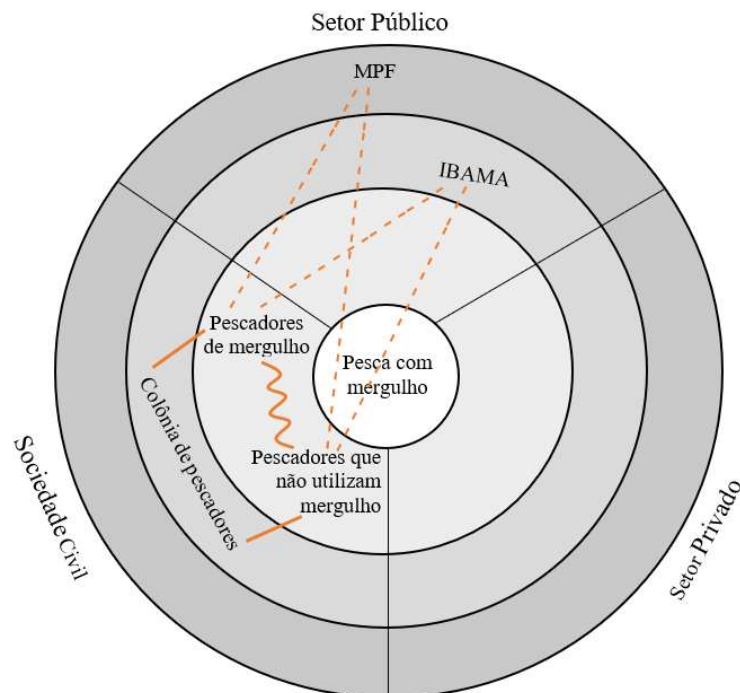
O principal conflito relatado pelos pescadores de Calçoene foi àquele entre os que utilizam redes e anzóis e àqueles que praticam a pesca de mergulho nos lagos costeiros do município. A zona de conflito principal seria o Igarapé do Rego Grande. Os pescadores de mergulho pescam diariamente uma quantidade muito grande de peixes, utilizando inclusive o método de “bate água”, e devido a isso tem havido conflitos diretos com os demais pescadores do local, com ameaças e discussões. A prática conflituosa tem sido favorecida pela falta de fiscalização pelos órgãos ambientais.

Segundo os pescadores a pesca de mergulho nos lagos teria iniciado em 2013, com aumento anual na intensificação da atividade. O conflito é caracterizado como **manifestado**. Foram citados cinco (05) atores atuantes no conflito com os pescadores de mergulho (Tabela 4). É um conflito entre entes da sociedade civil. Os pescadores de mergulham impactam diretamente àqueles que não a praticam, com ambos se relacionando com as Colônias de Pesca, que atuaria como uma mediadora (Figura 7). As soluções apresentadas para o conflito com os pescadores de mergulho foram a intensificação de ações de fiscalização pelos órgãos

ambientais, e a celebração de um acordo entre as partes conflitantes para o uso da área de pesca de água doce, com mediação do Ministério Público Federal (MPF) e Colônia de Pescadores.

**Tabela 4.** Classificação dos atores do conflito com pescadores de mergulho em Calçoene, Amapá, Brasil.

Nº	Atores mapeados na oficina	Tipos de atores
1	Pescadores de mergulho	Poder de impactar e poder de parar ou minimizar
2	Pescadores que não utilizam mergulho	Impactado e poder de parar ou minimizar
3	Colônia de pescadores	Poder de mediar e minimizar
4	MPF	Poder de mediar e minimizar
5	IBAMA	Poder de parar



**Figura 7.** Mapa de relação entre atores de envolvidos no conflito sobre a pesca com mergulho no município de Calçoene, Amapá, Brasil.

#### 4.2.2 CONFLITO COM BARCOS DO PARÁ

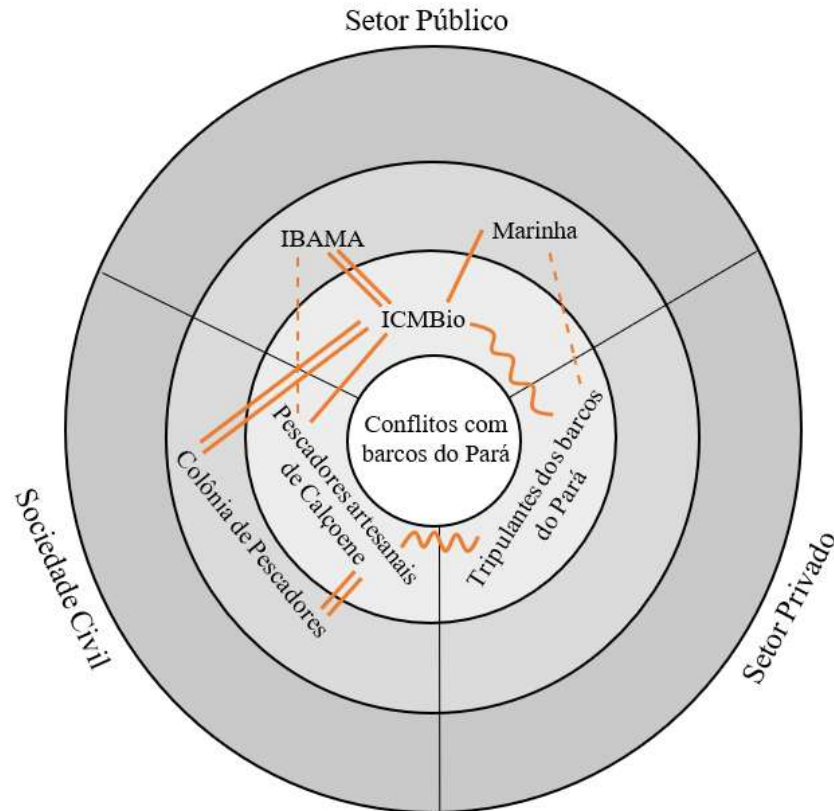
O conflito com Barcos do Pará também foi citado em Calçoene. A zona de conflito também seria a área marinha do PNCO, além da região costeira do município de Calçoene,

onde há a pesca marinha. Os pescadores dos barcos paraenses utilizam pequenos botes para pescar nas áreas mais rasas onde se concentram os pescadores locais com suas embarcações menores, o que leva a confronto direto pelos melhores locais de pesca e ameaças aos pescadores de Calçoene por parte dos tripulantes de barcos do Pará. A presença de barcos paraenses tem aumentado devido à falta de fiscalização pelos órgãos ambientais.

A pesca por barcos paraenses na costa de Calçoene ocorre a pelo menos 20 anos, porém o conflito com pescadores locais tem ocorrido desde 2016. O conflito é caracterizado como **manifestado**. Foram citados seis (06) atores que atuam em conflitos com barcos pesqueiros paraenses, muito inferior a observada em Oiapoque (Tabela 5). É um conflito entre a sociedade civil e poder público contra outros entes da sociedade civil. Os pescadores artesanais e o ICMBio são impactados pelos tripulantes de barcos paraenses, e possuem uma relação próxima entre si, mas que não se configura como uma aliança (Figura 8). Foram propostas como soluções para o conflito com barcos do Pará em Calçoene o zoneamento da pesca, com a limitação da pesca pelas embarcações paraenses a áreas mais distantes da costa, além da concessão de autorização pelo ICMBio para a realização da pesca por pescadores artesanais na zona marinha do PCNO e a criação da RESEX Marinha abrangendo a costa de Calçoene.

**Tabela 5.** Classificação dos atores do conflito com barcos paraenses em Calçoene, Amapá, Brasil.

Nº	Atores mapeados na oficina	Tipos de atores
1	Tripulantes dos barcos paraenses	Poder de impactar
2	Pescadores artesanais	Impactado
3	Colônia de pescadores	Poder de mediar e minimizar
4	ICMBio	Impactado/Poder de parar ou minimizar
5	IBAMA	Poder de parar ou minimizar
6	Marinha	Poder de parar ou minimizar



**Figura 8.** Mapa de relação entre atores envolvidos no conflito com barcos paraenses no município de Calçoene.

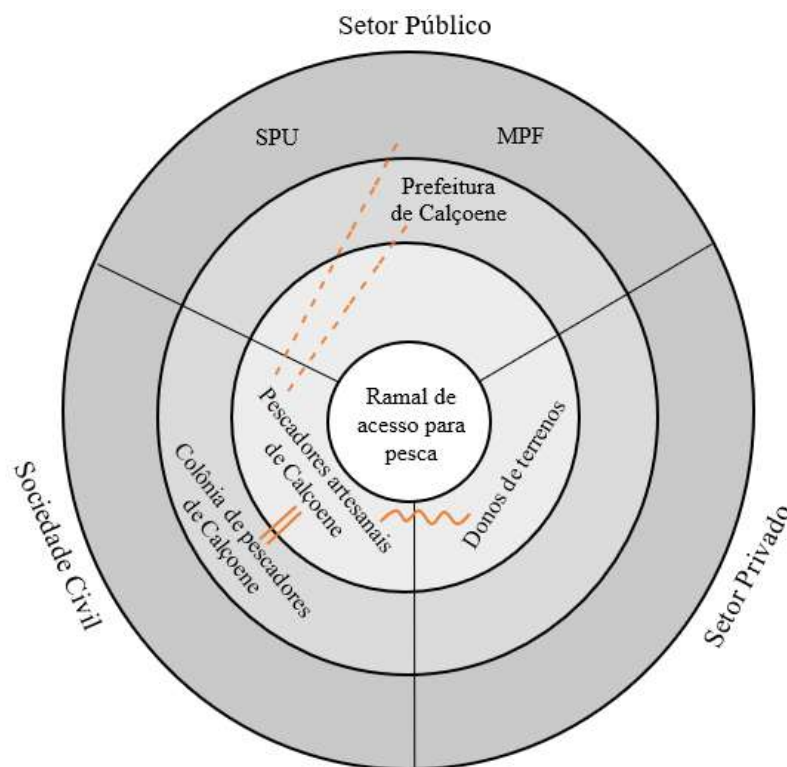
#### 4.2.3 RAMAL DE ACESSO PARA PESCA

Os participantes da oficina de Calçoene relataram o conflito relacionado aos ramais de acesso para áreas de pesca de água doce, mais especificamente os lagos do Felipe e da Cachaça. Os pescadores afirmam haver o bloqueio dos ramais de acesso pelos proprietários dos terrenos, com a colocação de cercas. Os bloqueios começaram a acontecer em 2017, principalmente no verão, quando os proprietários dos terrenos costumam estar no local.

O conflito foi caracterizado como **latente**. Foram citados somente cinco (05) atores como atuantes no conflito do bloqueio de ramais de acesso às zonas de pesca, o que reflete o caráter local do mesmo (Tabela 6). É um conflito entre membros da sociedade civil. Há o impacto dos proprietários de terrenos nos pescadores locais, que possuem uma aliança com a colônia de pesca, mas é necessária a mediação pelo setor público por meio da Prefeitura de Calçoene, Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e MPF (Figura 9). Foi sugerida como solução a celebração de acordo entre os pescadores artesanais e os proprietários dos terrenos por onde passam os ramais, mediado pela Prefeitura de Calçoene, MPF e SPU.

**Tabela 6.** Classificação dos atores do conflito com donos de terrenos que bloqueiam acesso às zonas de pesca em Calçoene, Amapá, Brasil.

Nº	Atores mapeados na oficina	Tipos de atores
1	Donos dos terrenos	Poder de impactar e poder de parar
2	Pescadores artesanais de Calçoene	Impactado
3	Colônia de pescadores	Poder de mediar
4	Prefeitura	Poder de mediar ou minimizar
5	SPU	Poder de mediar ou minimizar
6	MPF	Poder de mediar ou minimizar



**Figura 9.** Mapa de relação entre atores de envolvidos no conflito sobre o acesso de pescadores locais aos ramais de pesca no município de Calçoene, Amapá, Brasil.

### 4.3 AMAPÁ

#### 4.3.1 CONFLITO COM A POLÍCIA CIVIL

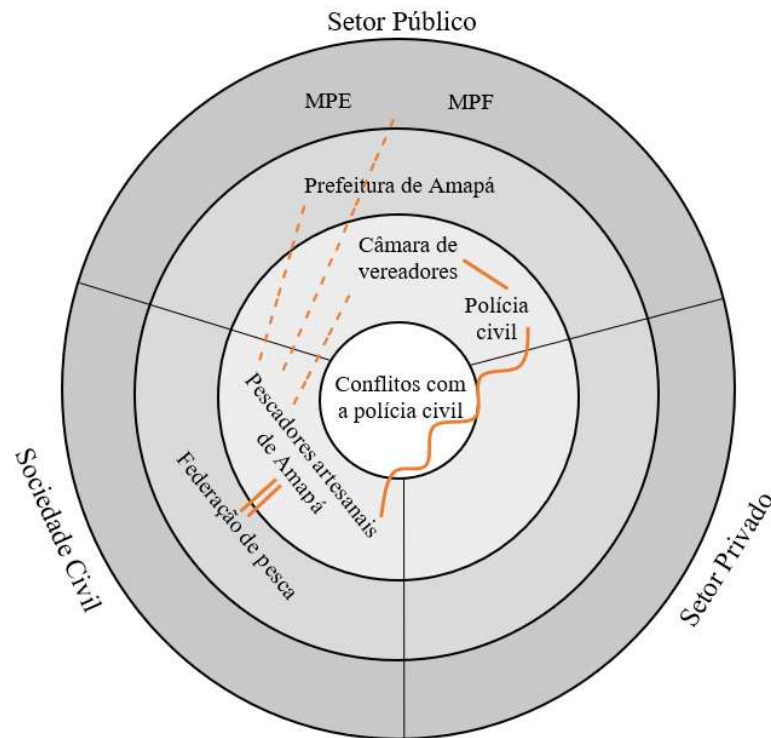
Os pescadores do município de Amapá relataram conflito com o Núcleo da Polícia Civil que atua no local. A zona de conflito são o rio Calçoene e o Lago Bom Nome. Que os

policiais civis atuam de forma truculenta durante as abordagens aos pescadores locais, que seriam inclusive acompanhadas de vereador armado. Durante as abordagens os recipientes (cubas de isopor) permaneciam abertas, prejudicando a qualidade do pescado.

As abordagens começaram em maio de 2019, e desde então têm sido rotineiras. O conflito foi caracterizado como **latente**. Foram citados sete (07) atores atuantes no conflito com a Polícia Civil de Amapá (Tabela 7). É um conflito entre a sociedade civil e o setor público. Os pescadores artesanais locais estavam sendo impactados por abordagens violentas da polícia civil, que contam com apoio da Câmara de Vereadores de Amapá (Figura 10). Foram sugeridas como soluções para o conflito acionar o MPF e/ou Ministério Público Estadual (MPE) para atuar no caso, além da celebração de acordo entre os atores envolvidos, no caso os pescadores artesanais e a polícia civil.

**Tabela 7.** Classificação dos atores do conflito com a Polícia Civil em Amapá, Amapá, Brasil.

Nº	Atores mapeados na oficina	Tipos de atores
1	Núcleo da polícia civil no Amapá	Poder de impactar e poder de parar
2	Pescadores artesanais de Amapá	Impactado
3	Federação de Pesca	Poder de mediar e minimizar
4	Prefeitura de Amapá	Poder de mediar ou minimizar
5	Câmara de Vereadores	Poder de mediar ou minimizar
6	MPF	Poder de mediar ou minimizar
7	MPE	Poder de mediar ou minimizar



**Figura 10.** Mapa de relação entre atores de envolvidos no conflito relacionados às ações do núcleo da polícia civil no município de Amapá, Amapá, Brasil.

#### 4.3.2 CONFLITOS COM BARCOS PARAENSES

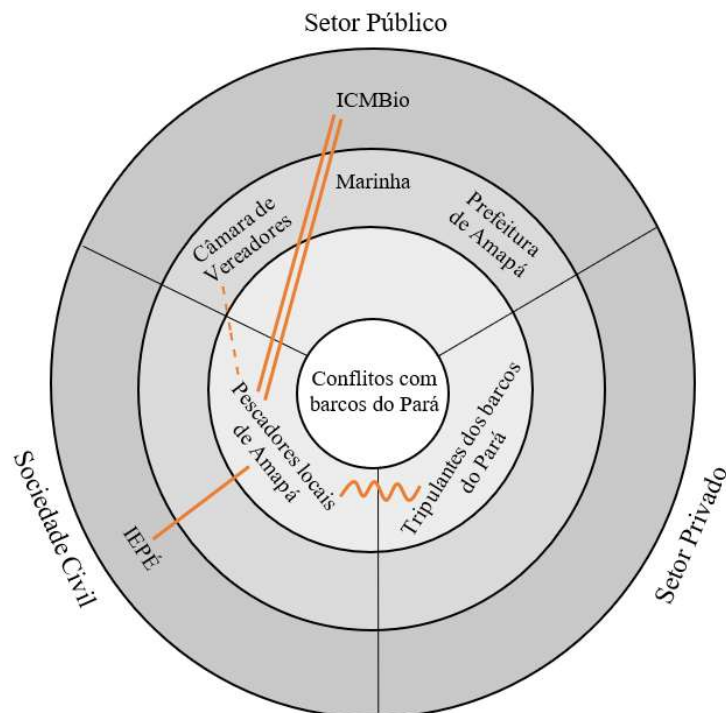
O conflito com barcos paraenses foi citado novamente na Oficina do Amapá. O conflito ocorreria no litoral do Município de Amapá, e principalmente os pescadores de água salgada. Assim como em Calçoene, os barcos paraenses tem pescado em áreas rasas próximas a margem litorânea, zonas de pesca preferenciais pelos pescadores artesanais locais, devido ao tamanho pequeno de suas embarcações. As redes de 10 km de comprimento dos barcos paraenses abrange uma área muito extensa. Além disso há um componente comercial no conflito, pois as tripulações dos barcos paraenses comercializam o pescado em valores inferiores aos oferecidos pelos pescadores artesanais locais, além de ter a preferência no acesso a insumos de comerciantes locais, como o gelo, ambos prejudicando comercialmente os pescadores locais.

A pesca por barcos do Pará ocorre a mais de vinte (20) anos, e tem se intensificado desde 2017. O conflito é caracterizado pela plenária como **manifestado**. Foram citados seis (06) atores no conflito entre barcos paraenses e os pescadores artesanais locais (Tabela 8). É um conflito entre entes da Sociedade Civil. Os barcos paraenses impactam os pescadores locais em Amapá, e contam com o ICMBio como aliado na situação (Figura 11). Foram sugeridas como soluções para o conflito acionar o MPF e/ou Ministério Público Estadual (MPE) para

atuar no caso, além da celebração de acordo entre os atores envolvidos, no caso os pescadores artesanais e a polícia civil. Entre as soluções propostas pela plenária foi a de fiscalização e controle de embarcações pesqueiras, criação da RESEX marinha e controle da Prefeitura no que concerne ao desembarque de pescado e sua comercialização no mercado municipal.

**Tabela 8.** Classificação dos atores do conflito com as embarcações paraenses em Amapá, Amapá, Brasil.

Nº	Atores mapeados na oficina	Tipos de atores
1	Tripulantes dos barcos do Pará	Poder de impactar
2	Pescadores locais de Amapá	Impactado
3	ICMBio	Conhecimento específico
4	IEPÉ	Conhecimento Específico
5	Prefeitura de Amapá	Poder de mediar ou minimizar
6	Câmara de Vereadores	Poder de mediar ou minimizar
7	Marinha	Poder de mediar ou minimizar



**Figura 11.** Mapa de relação entre atores de envolvidos no conflito com barcos paraenses no município de Amapá, Amapá, Brasil.

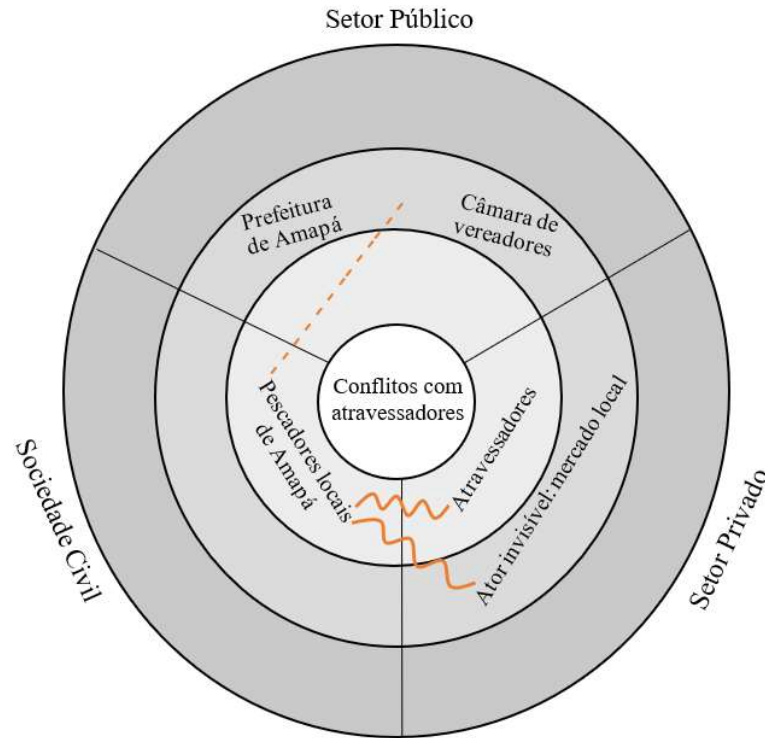
### 4.3.3 CONFLITOS COM ATRAVESSADORES

Também foi citado o conflito entre os pescadores locais do Amapá e os atravessadores de pescado. Os atravessadores comercializam o pescado no município a preços muito superiores aos pagos pelo produto junto aos pescadores locais. Os preços pagos pelos atravessadores estão defasados.

O conflito foi caracterizado como **latente**. O conflito é antigo, porém estagnado, ou seja, não sofreu influências fortes do fator temporal. Foram citados quatro (04) atores envolvidos no conflito com os atravessadores (Tabela 9). O conflito é entre entes da sociedade civil, entre os pescadores locais e os atravessadores, com os pescadores locais impactados observando a necessidade de intervenção do poder público municipal (Figura 12). Nesse conflito podemos observar a presença de um ator invisível, o mercado local, por influenciar e regular a precificação do pescado. Uma solução apresentada foi a criação de uma tabela de preços para o pescado, que varie de acordo com a espécie e a época do ano, com intermédio da Prefeitura e da Câmara de Vereadores.

**Tabela 9.** Classificação dos atores do conflito com atravessadores de pescado em Amapá, Amapá, Brasil.

Nº	Atores mapeados na oficina	Tipos de atores
1	Atravessadores	Poder de impactar
2	Pescadores locais de Amapá	Impactado
3	Prefeitura de Amapá	Poder de mediar, parar ou minimizar
4	Câmara de Vereadores de Amapá	Poder de mediar, parar ou minimizar
5	Mercado local	Ator invisível



**Figura 12.** Mapa de relação entre atores de envolvidos no conflito com atravessadores de peixe no município de Amapá.

## 5 DISCUSSÃO

Apesar das pequenas diferenças encontradas, os três municípios apresentaram o mesmo número de conflitos. Considerando a escala dos conflitos pesqueiros na costa do Amapá, podemos supor que os municípios são igualmente afetados por conflitos de diferentes magnitudes e que possíveis soluções estabeleçam-se em estratégias específicas desenhadas para cada município. Figueiredo Silva et al. (2016), por exemplo, encontraram que no município de Oiapoque a solução para conflitos entre diferentes grupos pesqueiros pode se dar por meio do zoneamento do rio Oiapoque e delimitação de áreas de pesca na costa do município. Enquanto Silva & Dias (2010) propõem o aumento do uso sustentável das potencialidades econômicas existentes no estado do Amapá, sempre levando em consideração a questão regional e ambiental.

Através das oficinas participativas foram identificados diversos conflitos pesqueiros nos municípios de Oiapoque, Calçoene e Amapá, alguns dos quais já foram previamente identificados na região do PNCO nos estudos de Figueiredo Silva et al. (2016) e Ravena-Cañete, Ravena-Cañete e Magalhães (2015). A crescente demanda no uso de recursos da zona costeira do Amapá cria um potencial significativo para a ocorrência de conflitos entre diferentes usuários que exploram a região. A competição por recursos pesqueiros e a disputa territorial

ocasionam o aumento no número de conflitos na região costeira do estado principalmente devido à sobreposição no uso de águas estuarinas por diferentes guildas de pescadores (SILVA; CAMARGO; ESTUPIÑÁN et al., 2012). Um dos principais conflitos ocorre entre pescadores locais de pequeno porte e embarcações pesqueiras de grande porte oriundas do estado do Pará, identificados nos municípios de Oiapoque, Calçoene e Amapá. Mourão et al. (2009) aponta que a notória variedade e riqueza de pescado da costa do Amapá é um dos principais fatores para a migração de pescadores de média e grande escala do estado do Pará e que o cenário tem se agravado nos últimos anos devido ao esgotamento de recursos pesqueiros na região costeira do estado do Pará (SILVA; CAMARGO; ESTUPIÑÁN et al., 2012).

Conflitos desse escopo parecem ser recorrentes nos estuários da Amazônia, onde a maioria dos conflitos de pesca ocorre em função da disputa por espaço de produção entre pescadores artesanais e industriais (MANESCHY, 1993; FURTADO, 2004; FRÉDOU et al., 2010; LIMA; SILVA, 2017). Nesse contexto, pescadores artesanais procuram afirmar seus territórios para a manutenção de suas atividades produtivas tradicionais que dependem fortemente da base de recursos naturais locais (ARAÚJO; MAIA, 2011; PAULA, 2020). A partir desse cenário é possível observar a vulnerabilidade da comunidade de pescadores artesanais bem como a fragilidade das instituições públicas em combater as influências externas que geram conflitos nas zonas costeiras do estado do Amapá.

Foi evidenciado também que os pescadores artesanais da região costeira do Amapá atribuem a conservação dos recursos pesqueiros diretamente aos órgãos ambientais, na expectativa que tais Instituições do poder público atuem através de ações de fiscalização que excluam pescadores industriais oriundos de outros estados. Teoricamente, as unidades de conservação ao longo da zona costeira do estado do Amapá (ESEC Maracá-Jipioca e PARNA Cabo Orange) foram criadas com intuito de melhorar e assegurar as condições ecológicas locais e a qualidade de recursos naturais (CRAVEIRO et al., 2008). Cabendo a inclusão de ações que conciliem tanto a proteção ambiental quanto o bem-estar das comunidades do entorno das áreas protegidas, como um construto social viável e imprescindível através da inserção da gestão de recurso pesqueiros na gestão ambiental de forma compartilhada entre todos os agentes sociais (DOBSON, 1998; CARDOSO et al., 2018).

Além disso, considerando que a pesca para subsistência é uma atividade produtiva de suma importância nas regiões de várzea, igapós e estuários na Amazônia realizada por populações tradicionais, as estratégias tradicionais de manejo podem ser vistas como atividades não-industriais relacionados ao modo de vida de comunidades tradicionais (LIMA; DORIA; FREITAS, 2012). Tal conceito social pode ser aplicado no contexto do pensamento político

verde proposto por Dobson (1998) para se pensar a sustentabilidade como uma construção social com potencial de viabilizar o desenvolvimento e aprimoramento de modelos de gestão de recursos. Nesse sentido, há um consenso de que a conservação da integridade dos recursos do ecossistema amazônico é indispensável para qualquer iniciativa que vise sua exploração. Em nosso estudo, o capital natural crítico são os recursos pesqueiros utilizados por pescadores locais para a subsistência e que, portanto, devem ser regulamentados de modo a evitar seu esgotamento.

Dentro do conceito de Dobson (1998) identificamos o estoque pesqueiro da costa do Amapá como uma importante fonte de recursos na subsistência local e que, apesar dos intensos conflitos e dos embates presentes e futuros, a regulamentação do acesso ao recurso pesqueiro por meio de acordos com órgãos públicos ambientais parece ser indispensável na gestão do recurso pesqueiro na região. Como exemplo, podemos citar o termo de compromisso firmado entre o ICMBio e a colônia de pescadores de Oiapoque (CPO) Z-03 que permitiu a pesca dentro do território do Parna do Cabo Orange (PNCO) e que têm se mostrado eficiente na redução de conflitos na zona costeira do município de Oiapoque. O mesmo modelo foi proposto como um instrumento de ordenamento pesqueiro na área que corresponde ao PARNA Cabo Orange dentro do município de Calçoene, uma vez que atualmente não existem quaisquer acordos que permitam a pesca ordenada na costa do município por pescadores locais. De acordo com Vieira, Filardi e Rebouças (2006) os Acordos de Pesca promovem o caráter democrático de decisões coletivas do processo de gestão participativa e são de fundamental importância para definição dos critérios que regulamentem o ordenamento pesqueiro e simultaneamente evitem danos ambientais e/ou sociais. Portanto, a aplicação do manejo colaborativo é cada vez mais desejável na gestão de parques e áreas protegidas, pois inclui a cooperação social com populações tradicionais que residem por gerações no interior de áreas protegidas.

De uma maneira geral, a grande incidência de conflitos por território e uso de recursos surgem também de uma lacuna de ações coordenadas dentro das esferas nacional, estadual e municipal no que tange às políticas ambientais do estado do Amapá, especialmente com relação ao gerenciamento costeiro e uso sustentável dos recursos por populações tradicionais. No entanto, foram identificadas algumas iniciativas no sentido de estabelecer a integração entre os diversos setores responsáveis para o gerenciamento da zona costeira do Amapá. A criação de uma Reserva Extrativista Marinha (Resex) foi apontada como uma alternativa para compensar as limitações da atividade de pesca de pequeno porte na costa do Amapá visando garantir espaço para os usuários tradicionais explorarem recursos para subsistência (FURTADO; SILVEIRA; SANTANA, 2012; CAÑETE; MAGALHAES; RAVENA-CAÑETE, 2014). Nessa perspectiva,

a implementação de uma área extrativista marinha é vista como uma solução a longo prazo para as populações de pescadores artesanais da costa do Amapá, assim como um meio através do qual órgãos públicos ambientais envolvidos podem incluir os setores informais na gestão de recursos.

Os conflitos de pesca, no entanto, não se limitam apenas a costa do estado, mas também ocorrem em águas interiores. Nos municípios de Calçoene e Amapá foram detectados conflitos associados ao controle e acesso a recursos pesqueiros, às formas de manejo e tensões entre pescadores e proprietários de terras em igarapés e lagos, alguns dos quais envolvem conflitos com órgãos públicos municipais como a polícia civil, onde foram relatadas abordagens violentas e ameaçadoras da polícia civil aos pescadores. Nesse contexto, como aponta Silva & Dias (2010), as comunidades pesqueiras no Brasil ainda são pouco visíveis e representadas no cenário sociopolítico. A falta de políticas públicas voltadas para as demandas sociais de pescadores artesanais juntamente com a fragilidade das organizações políticas de pescadores locais agrava o cenário socioambiental de embates e conflitos que essas populações tradicionais enfrentam (RODRIGUES, 2013).

Neste trabalho, a caracterização multidimensional permitiu identificar as diferenças em conflitos de mesma natureza nos diferentes municípios da zona costeira do Amapá. As conjecturas sociopolíticas e socioambientais puderam ser evidenciadas a partir da abordagem dos atores envolvidos e a classificação de seus respectivos papéis nos conflitos. Tal informação implica que soluções regionais podem ser pouco efetivas na resolução de conflitos, sendo mais adequados arranjos locais, considerando as singularidades de cada conflito. Estudos de natureza socioambiental potencialmente ampliarão horizontes sobre as questões abordadas neste estudo. Elucidando também os aspectos históricos subjacentes à prática da pesca como fonte de subsistência na zona costeira do Amapá.

Diante da intensificação de conflitos pesqueiros na costa do estado do Amapá e de suas consequências socioambientais, as populações tradicionais de pescadores da região sofrem pela falta de políticas públicas adequadas ao setor, uma vez que as mudanças ocorridas no setor socioeconômico da pesca têm afetado profundamente o modo de vida de pescadores artesanais em diversas regiões na Amazônia. Ainda, os pescadores artesanais carecem de representatividade dentro do poder público, assim como do fortalecimento de suas instituições políticas representantes, tais como as colônias de pescadores.

Acrescenta-se a atuação de órgãos públicos ambientais no controle dos territórios de pesca, bem como a conservação dos recursos pesqueiros inerentemente pertencentes às comunidades e populações tradicionais. Por fim, as discussões levantadas no presente trabalho

lançam luz sobre os conflitos deflagrados entre pescadores artesanais da região costeira do estado do Amapá e demais setores da sociedade, buscando capturar o aspecto multidimensional dentro das especificidades locais. Tornando-se de extrema importância o estabelecimento de regras e acordos de caráter coletivo para que seja realizado o uso racional dos recursos pesqueiros através de políticas públicas e sociais e maior efetividade em ações de fiscalização, monitoramento e ações de penalização.

## REFERÊNCIAS

ABREU, F. L.; VASCONCELOS, F. P.; ALBUQUERQUE, M. F. C. A diversidade no uso e ocupação da zona costeira do Brasil: A sustentabilidade como necessidade. **Conexões-Ciência e Tecnologia**, v. 11, n. 5, p. 8-16, 2017.

ACSELRAD, H. (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALMEIDA, O. T.; LORENZEN, K.; MCGRATH, D. G. Commercial fishing sector in the regional economy of the Brazilian Amazon. In: WELCOMME, R.; PETER, T. (Orgs.). **Proceedings of the Second International Symposium on the Management of Large Rivers for Fisheries**. Bangkok: FAO-Regional Office for Asia and the Pacific/Publication RAP, 2004. p. 15-24.

ARAÚJO, R. C. P.; MAIA, L. P. Análise dos problemas e objetivos das atividades econômicas tradicionais e emergentes na zona costeira do estado do Ceará. **Arquivo Ciências Mar**, v. 44, n. 3, p. 20-39, 2011.

BARBANTI, O. Conflitos socioambientais: teorias e práticas. In **Associação nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em ambiente e Sociedade**, 2002, Indaiatuba, SP. Indaiatuba: ANPPAS, 2002.

BARTHEM, R. B. et al. A pesca na Amazônia: problemas e perspectivas para o seu manejo. IN: PADUA, C. V.; BODMER, R. E. (Org.). **Manejo e Conservação de Vida Silvestre no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1997. p. 173-175.

BÉNÉ, C., MACFADYEN, G., ALLISON, E. H. **Increasing the contribution of small-scale fisheries to poverty alleviation and food security**. Rome: FAO Fisheries Technical Paper, 2007.

BLACKBURN, W.; BRUCE, W. **Mediating environmental conflicts. theory and practice**. Westport: Quorum Books, 1995.

BRAGA, T. M. P.; BARROS, J. F.; CHAVES, M. P. S. Pesca e conflitos sócio-ambientais na Amazônia Central: estudo em uma área com manejo comunitário. **Revista de Estudos Amazônicos**, p. 107, 2007.

BRASIL. Decreto nº 84.913 de 15 de julho de 1980. Cria no Território Federal do Amapá, o Parque Nacional do Cabo Orange, com os limites que especifica, e da outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1980.

BRASIL. **LEI Federal N. ° 9.985/00. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**. Diário Oficial da União, de 19/07/00. Brasília, 2000

BRITO, D.M.C. et al. Conflitos socioambientais no século XXI. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 4, n. 4, p. 51-58, 2011.

CAÑETE, U. M. R.; MAGALHAES, S. M. S. B.; RAVENA-CANETE, V. Pescadores artesanais, recursos comuns e conflito: cenários de pesca em uma área de Unidade de conservação Parque Nacional do Cabo Orange, Oiapoque/Amapá. In: XXIX REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2014, Natal, RN. **Anais...** Natal: ABA, 2014.

CANTO, O. et al. Conflitos socioambientais e limites da gestão compartilhada em Unidade de Conservação na zona costeira amazônica. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, p. 1528-1552, 2020.

CARDOSO, E. S. Territórios pesqueiros: conflitos e possibilidades para a gestão da pesca. **Revista Geosp**, v. 14, p. 119-125, 2003.

CARDOSO, M. C. et al. Pescadores artesanais, conflito de interesses e os recursos pesqueiros vistos como capital natural crítico: o caso do Lago do Juá em Santarém, Pará. **O Social em Questão**, v. 21, n. 40, p. 309-332, 2018.

CARMO, T. N. et al. Conflitos socioambientais e gestão do território em unidades de conservação na zona costeira do Estado do Pará-Amazônia-Brasil. In: SILVA, C. N.; OLIVEIRA, A. C. N.; SOBREIRO FILHO, J. (Org.). **Perspectivas e análises do espaço geográfico: dinâmicas ambientais e uso dos recursos naturais**. Belém: GAPTA/UFPA, 2018. p. 87-114.

CARVALHO, I. C. M.; SCOTTO, G. IV Fórum de Educação Ambiental. In: Projeto Roda-Viva (org.). **I Encontro da Rede Brasileira de Educação Ambiental**. Instituto Ecoar para a Cidadania. Rio de Janeiro: INESC, 1995. p. 129-132.

CASTRO, F.; MCGRATH, D. O manejo comunitário de lagos na Amazônia. **Parcerias estratégicas**, v. 6, n. 12, p. 112-126, 2010.

CERDEIRA, R. G. P. **Acordo de Pesca como instrumento de Gestão Participativa na Amazônia**. 2009. 134 f. Dissertação (mestrado em Direito Ambiental) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2009.

CHOUERI, R. B. **Conflito, licença ambiental e energia na Amazônia: análise dos conflitos socioambientais produzidos pela usina hidrelétrica de Belo Monte (PA) relacionados à biodiversidade aquática e pesca**. 2019. 242 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

CHRISPINO, A. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 15, p. 11-28, 2007.

CRAVEIRO, J. R. V. Caracterização das unidades de conservação: referências sobre o sistema nacional de unidades de conservação da natureza. In: Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo, 2008, Rio Claro, SP. **Anais...** Rio Claro: UNESP, 2008. p. 1061-1075.

CRUZ, B. O.; LEONCIO, R. C. Metrópole do Rio de Janeiro: a condição de trabalho do pescador artesanal na Baía de Guanabara. In: II Seminário Nacional Espaços Costeiros, Bahia. **Anais do II Seminário Nacional Espaços Costeiros**. Bahia: UFBA, 2013. p. 1-13.

CUNHA, I. A. Conflitos ambientais das atividades portuárias e política de gerenciamento costeiro. In: JUNQUEIRA, L. (Org.). **Desafios da modernização portuária**. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

DA SILVA, A. F.; DE MEDEIROS, T. H. L.; DA SILVA, V. P. Pesca artesanal—conflito, cultura e identidade: o caso potiguar. In: XVII Semana de humanidades do CCHLA, 2009. **Anais...** Natal: CCHLA, 2009.

DA SILVA, C. N. et al. Pesca e influências territoriais em rios da Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, n. 1, p. 193-214, 2016.

DE CASTRO DIAS, G. A. et al. Diagnóstico da pesca ilegal no Estado do Amapá, Brasil. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, v. 5, p. 43-58, 2013.

DE SOUZA, D. S.; SILVA, R. C. P.; STEENBOCK, W. De quem é o peixe? Aspectos socioeconômicos da pesca industrial e artesanal de tainha (*Mugil liza*) em Santa Catarina. **Revista CEPESUL-Biodiversidade e Conservação Marinha**, v. 6, p. e2017002-e2017002, 2017.

DIAS-NETO, J. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil**. Brasília: IBAMA, 2003.

DIEGUES, A. C. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 3, n. 2, p. 361-376, 1999.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

DOBSON, A. **Justice and the environment: conceptions of environmental sustainability and theories of distributive justice**. New York: Oxford University Press, 1998.

DRUMMOND, J. A.; DIAS, T. C. A. C.; BRITO, D. M. C. **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá**. Macapá: MMA/IBAMA - AP, GEA/SEMA, 2008.

FIGUEIREDO SILVA, S. L. et al. Análise espacial dos conflitos da pesca artesanal no litoral do Oiapoque, Amapá, Brasil. **Biota Amazônia**, v. 6, n. 3, p. 63-69, 2016.

FISCHER, C. F. A.; CHAGAS, A. G. A.; DORNELLES, L. D. C. Pesca de águas interiores. **Coleção Meio Ambiente, Série Estudos Pesca**, v.2, p.1-32, 1992.

FRÉDOU, F. L. et al. Aspectos econômicos da pesca industrial no Pará: entraves e perspectivas. **Papers do NAEA**, v. 265, p. 3-28, 2010.

FREITAS, C. E. C.; RIVAS, A. A. F. A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Ocidental. **Ciência e cultura**, v. 58, n. 3, p. 30-32, 2006.

FURTADO, L. G. Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Série Antropologia**, v. 6, n. 1, p. 41-93, 1990.

- FURTADO, L. G. Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p.57-71.
- FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: MPEG/UFPA, 1993.
- FURTADO, L. G.; SILVEIRA, I. M.; SANTANA, G. **Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande – Curuçá, Pará, Brasil: estudo etnológico e sociocultural**. Belém: MPEG, 2012.
- HÜBNER, J. C. et al. Conflitos ambientais relacionados à pesca artesanal na zona costeira brasileira. *Arquivos de Ciências do Mar*, v. 53, n. 2, p. 43-51, 2020.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2022. Banco de dados de informações ambientais (BDiA). In: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/home>. Acesso em 21 de agosto de 2022.
- IBGE–Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**, 2020.
- ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Cabo Orange**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2010.
- ISAAC-NAHUM, V. J. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. *Ciência e Cultura*, v. 58, n. 3, p. 33-36, 2006.
- JIMENEZ, E A. et al. Understanding changes to fish stock abundance and associated conflicts: Perceptions of small-scale fishers from the Amazon coast of Brazil. *Ocean & Coastal Management*, v. 182, p. 104954, 2019.
- KALIKOSKI, D.C.; SEIXAS, C.S.; ALMUDI, T. Gestão Compartilhada e Comunitária da Pesca no Brasil: avanços e desafios. *Ambiente & Sociedade*, v.12. n.1, p. 151-172, 2009.
- KITZMANN, D.; ASMUS, M. Gestão ambiental portuária: desafios e possibilidades. *Revista de Administração Pública*, v. 40, p. 1041-1060, 2006.
- LIBISZEWSKI, S. **What is an environmental conflict?** Zurich: Center for Security Studies, 1992.
- LIMA, M. A. L.; DORIA, C. R. C.; FREITAS, C. E. C. Pescarias artesanais em comunidades ribeirinhas na Amazônia brasileira: perfil socioeconômico, conflitos e cenário da atividade. *Ambiente & Sociedade*, v. 15, p. 73-90, 2012.
- LIMA, R. A. P. D.; SILVA, C. N. D. Geografia e representação espacial na fronteira Amazônica: uma análise das territorialidades da pesca em rios do Amapá e Pará. In: CAVLAK, I.; PORTO, JLR; NORONHA, A. (Org.). **Faces da Fronteira: desafios e perspectivas de regiões lindeiras**. Macapá: EDUNIFAP, 2017. p. 46-75.
- LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e etodológico. *Horizontes antropológicos*, v. 12, p. 85-103, 2006.
- LITTLE, P. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política. In: BURSZTIN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade — política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- LOPES, A. P.; DIEGUES, A. C. S. D. **Territorialidades em conflitos na Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro, Brasil: estudo de caso dos conflitos entre os pescadores artesanais e o**

**porto da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA)**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LOUREIRO, V. **Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia**. Belém: Museu Emílio Göeldi, 1985.

MALDONADO, S.C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MANESCHY, M. C. **Ajuruteua: uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém: CFCH/UFPA, 1993.

MARTINEZ-ALIER, J. Justicia ambiental, sustentabilidad y valoración. **Ecología Política: Cuadernos de debate internacional**, v. 21, p. 103-134, dez. 2000.

MARTINS, A.; DIAS, L. C.; CAZELLA, A. A. Entre peixes e humanos: o conflito pesca e conservação ambiental no litoral sul do Brasil. **Geosul**, v. 30, n. 60, p. 7-48, 2015.

MCGRATH, D. et al. Manejo comunitário de lagos de várzeas e o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 1, n. 2, 2008.

MCGRATH, D. G. et al. Fisheries and the evolution of resource management on the lower Amazon floodplain. **Human ecology**, v. 21, n. 2, p. 167-195, 1993.

MCGRATH, D. G.; CARDOSO, A. M.; SÁ, E. P. Community fisheries and co-management on the lower Amazon floodplain of Brasil. In: The second international symposium on the management of large rivers for fisheries. **Proceedings...** 2004, p.207-221.

McGRATH, D., CASTRO, F., FUTEMMA, C. Reservas de lago e o manejo comunitário da pesca no Baixo Amazonas: uma avaliação preliminar. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (Org.). **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

MELLO, A. F. **A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação**. Belém: UFPA, 1985.

MOURÃO, F. **Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo**. 1971. Tese (doutorado) – FFLCH-USP, São Paulo, 1971.

MOURÃO, K. R. M. et al. Sistema de produção pesqueira pescada amarela - cynoscion acoupa lacèpede (1802): um estudo de caso no litoral nordeste do Pará – Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 35, n. 3, p. 497-511, 2009.

MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura). **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura: 2008-2009**. Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2010.

MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura). **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2011**. Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2011.

NASCIMENTO, E.P. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, M (Org). **A Difícil sustentabilidade política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

NASCIMENTO, M. G. S. **Espaço Ribeirinho: migração nordestina para os seringueiros da Amazônia**. 1996. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

- NETO, S. V. C. et al. Macrófitas aquáticas das regiões dos lagos do Amapá, Brasil. **Revista Brasileira de Biociências**, v. 5, n. S2, p. 618-620, 2007.
- NETTO, R.; NUNES, A.; ALBINO, J. A pesca realizada na comunidade de pescadores artesanais de Santa Cruz/ES-Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 28, n. 1, p. 93-100, 2002.
- ORLANDO, R. L. M. A. A evolução dos critérios par seleção de áreas protegidas. In: IX Congresso de Ecologia do Brasil, 2009, São Lourenço, MG. **Anais...** São Lourenço: SEB, 2009.
- PACHECO, R. S. et al. Atores e conflitos em questões ambientais urbanas. **Espaço & Debates**, v. 12, n. 35, p. 46-51, 1992.
- PASQUOTTO, V.; MIGUEL, L. A. Pesca artesanal e enfoque sistêmico: uma atualização necessária. In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2008. Aracaju, SE. **Anais do VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**. Aracaju: SBSP, 2004. p. 1-12.
- PATHEK, D. B. et al. Distance from the mainland is a selective pressure for Phyllostomidae bats: the case of Maracá-Jipioica Island on the northern coast of Brazil. **Mammalia**, v. 78, n. 4, p. 487-495, 2014.
- PAULA, C. Q. A. Conflitos por território na pesca artesanal brasileira. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 180-204, 2020.
- PAVIANI, N. M. S.; FONTANA, N. M. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. **CONJECTURA: filosofia e educação**, v. 14, n. 2, p. 77-88, 2009.
- PENNER, M. E. S. **A dialética da atividade pesqueira no nordeste Amazônico**. Recife: UFPE, 1984.
- PEREIRA, L. C. C. et al. A Zona costeira amazônica brasileira. **Journal of Integrated Coastal Zone Management**, v. 9, n. 2, p. 3-7, 2009.
- Pereira, L.C.C., 2007. A zona costeira amazônica brasileira: limite e características. In: Simpósio Zona Costeira Amazônica, 2007, Belém. **Anais da 59ª Reunião Anual da SBPC**. Belém, PA: SBPC. p. 1-2.
- PEREIRA, M. O. R. **Educação ambiental com pescadores artesanais: um convite à participação**. 2006. 150 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2006.
- PÉREZ, M. S.; GÓMEZ, J. R. M. Políticas de desenvolvimento da pesca e aquicultura: Conflitos e resistências nos territórios dos pescadores e pescadoras artesanais da vila do Superagüi, Paraná, Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 26, p. 35-47, 2014.
- PORTO, M. F.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & saúde coletiva**, v. 14, p. 1983-1994, 2009.
- QUARESMA DE PAULA, C. Conflitos por território na pesca artesanal brasileira. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 180-204, 2020.

QUARESMA DE PAULA, C. Impactos ambientais na pesca artesanal brasileira: uma interpretação geográfica. **Revista PerCursos**, v. 19, n.41, p. 79 - 106, 2018.

R DEVELOPMENT CORE TEAM. **R: A language and environment for statistical computing**. Vienna, Austria: R Foundation for Statistical Computing, 2022.

RAFFESTIN, C. Territorialité: concept ou paradigme de la géographie sociale? **Geographica Helvetica**, v. 41, n. 2, p. 91-96, 1986.

RAMSAR. **Ramsar handbooks for the wise use of wetlands**. Gland: Ramsar Convention Secretariat, 2010.

RAPOZO, P.; WITKOSKI, A. C. Cosmografias e territorialidades da pesca: representações sobre os conflitos pelo acesso aos recursos pesqueiros em comunidades de Várzea no Amazonas. **EDUCAmazônia**, v. 3, n. 2, p. 1-18, 2009.

RAVENA-CAÑETE, U. M., RAVENA-CAÑETE, V., & MAGALHÃES, S. M. S. B. Pesca artesanal e manejo: conflito socioambiental em uma área de unidade de conservação do Parque Nacional do Cabo Orange, Oiapoque, Amapá. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 3, 2015.

RIBEIRO, M. K. G. **O sucesso ou malogro do “El Dorado” francobrasileiro: migrações e mobilidade social em Oiapoque-AP (1980-2000)**. 2018. 85 f. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Amapá/Campus Binacional. Oiapoque-AP, 2018.

RIBEIRO, R. F. Introdução à questão metodológica. In: DIEGUES, A. C. S (Org.). **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais**. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.

RIGOTTO R. M et al. **Tramas para a justiça ambiental: diálogos de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

ROCHA, G. M.; MORAES, S. C. **Uso do território e gestão da zona costeira do Estado do Pará**. Belém: NUMA/UFPA, 2018.

ROCHA, G. M.; SOARES, D. A. S.; MORAES, S. C. Dinâmicas territoriais na zona costeira do estado do Pará, Amazônia Brasileira. **Confins. Revista franco-brasileira de geografia**, v. 42, 2019.

Rodrigues, D. V. **Análise dos conflitos entre pescadores artesanais de lagosta no município de Icapuí, Ceará**. 2013. 113 f. : Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013

RODRIGUES, M. R. C.; SILVA JUNIOR, O. M. Panorama geral da zona costeira do estado do Amapá. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 14, n. 03, p. 1664-1674, 2021.

RUIZ, S. **Cambios institucionales y conflictos amazónico boliviano**. 2005. Tese – Albert-Ludwigs-University, Freiburg, Germanym, 2005.

SANTOS, G. M.; SANTOS, A. C. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, p. 165-182, 2005.

SANTOS, M. C. et al. Conflito e gestão ambiental na zona costeira amazônica: O caso da vila do Camará, reserva extrativista (RESEX) marinha mestre lucindo, Marapanim–Pará–Amazônia–Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 3, p. 15607-15617, 2020.

Santos, V. F. D. Dinâmica de inundação em áreas úmidas costeiras: zona urbana de Macapá e Santana, costa amazônica, Amapá. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 9, p. 121-144, 2016.

SCHERER, M.; SANCHES, M; NEGREIROS, D. H. Gestão das zonas costeiras e as políticas públicas no Brasil: um diagnóstico. In: BARRAGÁN MUÑOZ, J. M. (Org.), **Manejo costero marino integrado y política pública en Iberoamérica: Un diagnóstico. Necesidad de cambio**. Cádiz, Espanha: Red IBERMAR (CYTED), 2010. p. 291-336.

SEIXAS, C. S. et al. Gestão compartilhada do uso de recursos pesqueiros no Brasil: Elementos para um programa nacional. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 14, n.1, p. 23-44, 2011.

SILVA, A. L. Entre tradições e modernidade: conhecimento ecológico local, conflitos de pesca e manejo pesqueiro no rio Negro, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, p. 141-163, 2011.

SILVA, A. P. **Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos**, **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**. Palmas: EMBRAPA Pesca e Aquicultura, 2014.

SILVA, L. M. A.; DIAS, M. T. pesca artesanal no estado do Amapá: estado atual e desafios. **Boletim Técnico Científico do Cepnor**, v. 10, n. 1, p. 43-53, 2010.

SILVA, L. M. et al. Pescadores da vila do Sucuriju, Estado do Amapá: Características das relações entre pescadores e recursos pesqueiros. **Uakari**, v. 3, n. 2, p. 57-62, 2008.

SILVA, R. E.; FERREIRA, R. R. Construção de Acordos de Pesca e Políticas Públicas para gestão de recursos pesqueiros na Região de Santarém, Pará (1990-2004). **O Social em Questão**, v. 21, n. 41, p. 327-354, 2018.

SILVA, S. L. F.; CAMARGO M.; ESTUPIÑÁN R. A. 2012. Fishery management in a conservation area. The case of the Oiapoque River in northern Brazil. **Cybium**, v. 36, n. 1, p. 17-30, 2012.

SOBREIRO, T. **Territórios e conflitos nas pescarias do médio Rio Negro (Barcelos, Amazonas, Brasil)**. 2007. 154 f. Dissertação (mestrado) - INPA/UFAM, Manaus, 2007.

SOUTO, R. D. Gestão ambiental e sustentabilidade em áreas costeiras e marinhas: conceitos e práticas. **Rio de Janeiro: Edição da Autora**, 2020.

SUSSKIND, L.; FIELD, P. **Em crise com a opinião pública**. São Paulo: Futura, 1997.

SUSSKIND, L.; LEVY, P.; THOMAS-LARMER, J. **Negotiating environmental agreements**. MIT — **Harvard Public Disputes Program**. Washington: Island Press, 2000.

THEODORO, S. H.; CORDEIRO, P. M. F.; BEKE, Z. Gestão ambiental: uma prática para mediar conflitos socioambientais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2004. São Paulo, **Anais...** São Paulo: ANPPAS, 2004. p. 1-17.

TUNER, M. D. Political ecology and the moral dimensions of “resource conflicts”: the case of farmer–herder conflicts in the Sahel. **Political Geography**, v. 23, p. 863-889, 2004.

VALENCIO, N. Conflitos ambientais no Velho Chico: o modus operandi da desacreditação pública da pesca artesanal. In: ZHOURI, A.; LARSCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 202-223.

VARGAS, G. M. Conflitos sociais e sócio-ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. **Sociedade & Natureza**, v. 19, p. 191-203, 2007.

VIEIRA, P. F. FILARDI, A. C. L. REBOUCAS, G. N. M. Gestão integrada e participativa da pesca artesanal: potencialidades e obstáculos no litoral do estado de Santa Catarina. **Revista Ambiente e Sociedade**. v. 9, n.2, p. 83-104, 2006.

VIVACQUA, M.; DOS SANTOS, C.; VIEIRA, P. F. Governança territorial em zonas costeiras protegidas: uma avaliação exploratória da experiência catarinense. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 19, p. 159-171, 2009.

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P. H. F. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. **Política & Sociedade**, v. 4, n. 7, p. 139-162, 2005.

ZACARDI, D. M. et al. Estudo dos aspectos sociais e técnicos da atividade pesqueira no município de calçoene, amapá, extremo norte do Brasil. **Revista Brasileira de Engenharia de Pesca**, v. 9, n. 2, p. 52-68, 2016.

ZHOURI, A.; ZUCARELLI, M. C. Mapa dos conflitos ambientais no Estado de Minas Gerais-notas preliminares de uma pesquisa em andamento. **IV Encontro Nacional da ANPPAS**, v. 4, p. 1-15, 2008.